

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 048/2023
Data: 17/03/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
SOBRESTADIA É TEMA DE DEBATE NO SUMMIT DIREITO MARÍTIMO 2023.....	4
VAMOS PROTEGER A VIDA NOS OCEANOS?	5
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	6
“DE QUE ADIANTA TER UMA EMPRESA BOA NA VENEZUELA?”, QUESTIONA ZEMA NA FIEPE.....	6
SUAPE RECEBEU O GIGANTE PORTA-CONTÊINER APL DUBLIN	7
COM SALTO DE 29% NO FATURAMENTO, PORTO DIGITAL JÁ CONTA COM 17 MIL COLABORADORES	8
EMPRESA DE CAMAÇARI SUSPENDE A PRODUÇÃO E ACENDE O ALERTA EM UM DOS PRINCIPAIS SETORES DA ECONOMIA BAIANA	9
3R DIZ QUE PETROBRAS RATIFICOU CONTINUIDADE DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO POLO POTIGUAR; AÇÕES RRRP3 SALTAM CERCA DE 10%	10
QUANDO O BEM FAZ MAL	11
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL – UMA BOA OPORTUNIDADE	12
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	13
<i>Outorgas</i>	13
<i>Comissões 1</i>	13
<i>Comissões 2</i>	13
<i>Comissões 3</i>	13
<i>Comissões 4</i>	13
<i>Comissões 5</i>	13
NACIONAL - FRANÇA PEDE APOIO A EMPRESÁRIOS PARA APERFEIÇOAR BR DO MAR	14
NACIONAL - SENADO APROVA EMENDAS PARA ADEQUAR NAVEGAÇÃO BRASILEIRA À OMI	15
REGIÃO SUDESTE - SANTOS APRESENTA PROJETO PARA REVITALIZAR ÁREAS DE ANTIGOS ARMAZÉNS PORTUÁRIOS	15
REGIÃO SUDESTE - PARTICIPAÇÃO DO OGMO E PAPEL DA MULHER NO SETOR PORTUÁRIO FORAM ASSUNTOS DO ZR NEWS	17
REGIÃO NORTE - REBOCADOR AFUNDA E DERRAMA 13 MIL LITROS DE ÓLEO NO RIO AMAZONAS; VEJA VÍDEO	18
REGIÃO SUL - GOVERNO PROMETE AGILIDADE EM ACELERAR PROCESSOS PARA CONSTRUÇÃO DO PORTO MERIDIONAL....	19
REGIÃO NORDESTE - CODEBA CELEBRA “EVOLUÇÃO SIGNIFICATIVA EM GOVERNANÇA” AO COMPLETAR 46 ANOS.....	19
OPINIÃO – ECONOMIA - A FALÊNCIA DO SILICON VALLEY BANK E OS (EVENTUAIS) IMPACTOS PARA O BRASIL E PORTUGAL	20
NACIONAL - VITRINE	22
MUNDO CORPORATIVO - ADVOGADOS PASSA A ATUAR COMO ESPECIALISTA ADUANEIRO DA ONU	23
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	23
SUAPE RECEBE MAIOR NAVIO DE CARGAS JÁ ATRACADO EM ÁGUAS PERNAMBUCANAS	23
PORTO DE ITAJAÍ RECEBE NOVA ATRACAÇÃO DE NAVIO COM VEÍCULOS IMPORTADOS.....	24
MAPA E UNIÃO EUROPEIA DISCUTEM O FORTALECIMENTO DE INICIATIVAS FOCADAS NA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO	25
GOVERNO DE SÃO PAULO ASSINA DECRETO PARA RETOMADA DA ATIVIDADE INDUSTRIAL	25
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	26
GOVERNO PREPARA MEDIDA PROVISÓRIA PARA OFERTAR GÁS NATURAL COM ESTATAL DO PRÉ-SAL	26
ESTALEIROS DEFENDEM VOLTA DE PROGRAMAS DE APOIO DA PETROBRAS À INDÚSTRIA NAVAL.....	27
GOVERNO CONFIRMA 12% DE BIODIESEL EM ABRIL E DEFINE CRONOGRAMA ATÉ 2026.....	29
MINISTRO CONFIRMA EFRAIN DA CRUZ COMO SECRETÁRIO-EXECUTIVO DE MINAS E ENERGIA	31
DELTA ENERGIA MIRA GÁS BOLIVIANO EM NOVO BRAÇO DE COMERCIALIZAÇÃO	32
PRODUTORES DOS EUA PLANEJAM DOBRAR OFERTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS PARA DESCARBONIZAR TRANSPORTE PESADO	33
JORNAL O GLOBO – RJ.....	35
GOVERNO E BANCOS DISCUTEM SUSPENSÃO IMEDIATA DO TETO DE JUROS DO CONSIGNADO DO INSS	35
HADDAD ENCONTRA LULA PARA DISCUTIR ARCABOUÇO FISCAL, MAS MANTÉM SIGILO SOBRE AS NOVAS REGRAS: 'ESTÁ NAS MÃOS DELE'	35
PREÇO DA GASOLINA CAI NOS POSTOS APÓS QUATRO SEMANAS DE ALTA, DIZ ANP.....	36
BRASIL É O MAIOR DESTINO DE INVESTIMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA NA AMÉRICA LATINA, DIZ ESTUDO	37
ARTIGO: FAROESTE CABOCLO.....	38
CONTATO DIRETO DE ÁREA DE SUSTENTABILIDADE COM CEO ACELERA AGENDA ESG.....	39
PETROBRAS DIZ QUE NÃO VÊ FUNDAMENTOS PARA SUSPENDER VENDA DE ATIVOS COM CONTRATOS JÁ ASSINADOS	41
FRANÇA DIZ QUE NAVEGAÇÃO DE CARGA É UMA DAS PRIORIDADES DO GOVERNO, MAS VAI REVER ‘BR DO MAR’	42



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	43
DESEMPREGO VOLTA A SUBIR NO PAÍS APÓS DEZ QUEDAS SEGUIDAS.....	43
BNDES: DESEMBOLSO PARA BENS DE CAPITAL SALTA 45% EM 2022, MAS AINDA É INSUFICIENTE, DIZ SETOR.....	45
PETROBRAS: COMITÊ REJEITA NOMES DE DOIS INDICADOS DO GOVERNO PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	48
EDP ANUNCIA INVESTIMENTOS DE R\$ 30 BILHÕES NO BRASIL NOS PRÓXIMOS CINCO ANOS.....	50
GOVERNO LULA ESTIMA NOVO ESTOURO DA INFLAÇÃO EM 2023 E PIB MENOR, DE 1,6%.....	51
PLANO DE EXPANSÃO DA PETROBRAS AJUDA PRINER A MIRAR R\$ 1 BI DE RECEITA EM 2023.....	53
NOVO GOVERNO VAI DESFAZENDO REFORMAS INICIADAS EM 2016 E NOVA VÍTIMA É O MARCO DO SANEAMENTO.....	53
VALOR ECONÔMICO (SP)	54
HIDROVIAS DO BRASIL RECONHECE A INVIABILIDADE DE PROJETO PARA ESCOAR SAL NO RIO GRANDE DO NORTE.....	54
ECORODOVIAS VAI MAPEAR OPORTUNIDADES DE LEILÕES ATÉ 2026, MAS AFIRMA QUE SERÁ SELETIVA.....	55
CALÇADO CHINÊS CHEGA POR PREÇO MÉDIO US\$ 1,72 E ABICALÇADOS SUSPEITA DE DUMPING.....	56
TOLEDO CRESCE COM AGRONEGÓCIO EM 2022 E PREVÊ REPETIR RESULTADO.....	57
ELDORADO MARCA MELHOR ANO DA SUA HISTÓRIA EM 2022.....	58
FRANÇA REBATE TARCÍSIO SOBRE PORTO DE SANTOS.....	60
DIÁRIO DO NORDESTE - CE	61
EM UM PORTO MARÍTIMO, O QUE É MAIS IMPORTANTE: O NAVIO OU A CARGA?.....	61
PORTAL PORTOS E NAVIOS	62
PARA ESTALEIRO JURUÁ, NAVALSHORE AM AQUECE INDÚSTRIA NAVAL NA REGIÃO AMAZÔNICA.....	62
PETROBRAS COLOCARÁ MAIS 5 FPSOS EM OPERAÇÃO EM 2023.....	63
SÉRGIO BACCI SERÁ O NOVO PRESIDENTE DA TRANSPETRO.....	63
GOVERNO PODE REVER PONTOS DO BR DO MAR E PROMETE OUVIR SETOR SOBRE REGULAMENTAÇÃO.....	64
AMPLIAÇÃO DA CABOTAGEM PASSA POR FOMENTO A HIDROVIAS, DIZ FRANÇA.....	65
SINDICATO TEM EXPECTATIVA DE ALTA PARA INDÚSTRIA NAVAL EM ANGRA.....	66
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	67
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	67

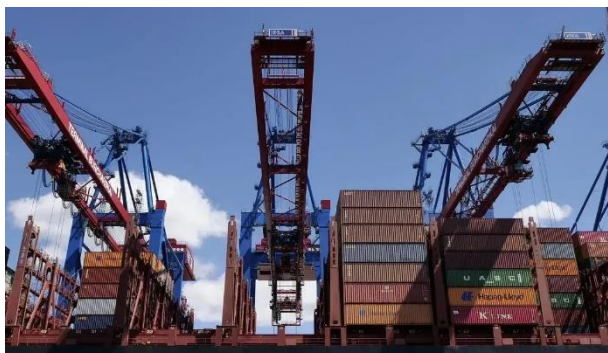


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SOBRESTADIA É TEMA DE DEBATE NO SUMMIT DIREITO MARÍTIMO 2023

Especialistas vão discutir cobrança polêmica em fórum a ser realizado no Grupo Tribuna

Por: Paulo Rogério - Especial para A Tribuna



O encontro é uma realização do Grupo Tribuna e Maritime Law Academy – MLAW Foto: Pixabay

Um autêntico debate em torno de um dos assuntos mais atuais e polêmicos do setor portuário será a dinâmica que irá marcar o Summit Direito Marítimo 2023. O evento acontece no próximo dia 28, a partir das 14 horas, no auditório do Grupo Tribuna (Rua João Pessoa, 350 Paquetá, Santos). O encontro é uma realização do Grupo Tribuna e Maritime Law Academy – MLAW.

O tema central do debate é a cobrança adicional da sobrestadia na armazenagem de contêineres. O caso será apresentado por Daniella Revoredo, uma das maiores autoridades em Direito Marítimo e Portuário. Os debatedores serão Thiago Miller, sócio-fundador da Ruy de Mello Miller Advocacia e Pedro Neiva de Santana Neto, que já compôs a Comissão de Direito Marítimo e Portuário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Caberá a uma câmara de arbitragem, formada por três profissionais especializados, a decisão. Os árbitros serão Flávia Takafashi, diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Eliane Octaviano, diretora da MLAW e Bernardo Mendes Vianna, sócio da Vieira Rezende Advogados.

A ideia é que o Summit Direito Marítimo 2023 seja uma oportunidade para profissionais do setor serem vistos defendendo seus pontos de vista em um fórum voltado a este fim, sobretudo diante de um tema amplo e que tem provocado uma série de discussões a respeito da legalidade e da viabilidade da cobrança.

“Estamos saindo do conceito das palestras, em que uma pessoa fala e poucas prestam atenção, para irmos a um debate de ideias e defesa de pensamentos. Temos buscado algo diferente dentro dos eventos. Teremos dois escritórios representados em um debate e uma banca para avaliar o que for discutido. Será uma oportunidade não somente para os atores do setor, mas para todos os presentes”, diz Maxwell Rodrigues, apresentador e executivo da plataforma Porto 360.

Para Maxwell, o tema do evento e a dinâmica como a apresentação irá acontecer são alguns atrativos no encontro marcado para o dia 28. “Vemos muitos advogados dando palestras, mas jamais defendendo uma tese em um debate. E é isso que estamos provocando de uma maneira inovadora. Vamos construir um fórum onde esse debate poderá ser realizado em torno de um assunto fortíssimo. O setor de carga tem intenção de executar a cobrança e ninguém quer pagar”.

Os interessados em participar do evento devem se inscrever por e-mail até a próxima sexta-feira (24) pelo e-mail paraeventos@grupo-tribuna.com

Programação

14h – Welcome 14h15 – A abordagem regulatória do Direito Marítimo – Flávia Takafashi

14h45 – Modelos de arbitragem – soluções e avanços – Bernardo Mendes Vianna

15h15 – Coffee Break

15h30 – Formação da mesa arbitral - Dra Eliana Octaviano – Juíza arbitral - Dra Flávia Takafashi - Bernardo Mendes Vianna

15h45 – Apresentação do caso “A cobrança adicional da sobrestadia na armazenagem de contêineres”, por Daniella Revoredo

16h10 – A visão da Carga – Thiago Miller

16h40 – A visão do Armador – Pedro Neiva 17h – Mesa Arbitral

17h30 – Conclusões finais – Daniella Revoredo

18h - Encerramento

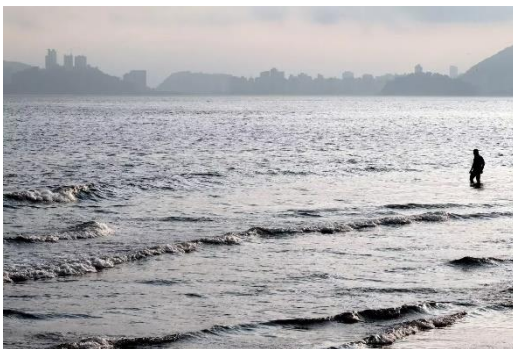
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/02/2023

VAMOS PROTEGER A VIDA NOS OCEANOS?

Tratado do Alto-Mar é uma importante vitória para o combate às ameaças aos ecossistemas

Por: Eliane Octaviano



Após quase duas décadas de discussões e inúmeras interrupções, as negociações sobre o Tratado do Alto-Mar envolveram mais de 100 países e tiveram o apoio de organizações não governamentais, sociedade civil e instituições acadêmicas Foto: Alexander Ferraz/ AT

Em 4 de março, um acordo histórico foi assinado na ONU e marcou o encerramento da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Após quase duas décadas de discussões e inúmeras interrupções, as negociações sobre o Tratado do Alto-Mar envolveram mais de 100 países e tiveram o apoio de organizações não governamentais, sociedade civil e instituições acadêmicas.

Trata-se do primeiro tratado internacional que concentra as medidas para a proteção do alto-mar e apresenta um conjunto de diretrizes para proteção dos oceanos, permitindo que sejam mais saudáveis, resilientes e produtivos para garantir a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica marinha das áreas fora da jurisdição nacional dos Estados.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, tem defendido que o tratado é fundamental para enfrentar a tríplice crise global das alterações climáticas, perda de biodiversidade e poluição. Dentre as diretrizes constantes no tratado, três medidas são fundamentais: 1) determinar que 30% dos oceanos sejam definidos como áreas de proteção contra pesca, mineração, controle do tráfego de embarcações e outras atividades; 2) mobilizar fundos para a conservação marinha; 3) monitorar o acesso e a utilização de recursos genéticos marinhos, sejam eles de origem vegetal, animal, microbiana ou de qualquer outra origem marinha.

O tratado contempla, ainda, dentre outros temas extremamente relevantes, diretrizes sobre o princípio da repartição dos benefícios dos recursos genéticos marinhos coletados em alto-mar, assunto altamente sensível e que foi objeto de tensões durante as negociações. O Tratado do Alto-Ma é um passo fundamental para a defesa da biodiversidade marinha e para que se atinjam os objetivos e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Década dos Oceanos e do Quadro de Biodiversidade Global de Kunming-Montreal.

A Agenda 2030 determina a implementação de um conjunto de programas, ações e diretrizes rumo ao desenvolvimento sustentável e apresenta 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169

metacorrespondentes. Buscando fortalecer a paz universal, reconhecendo que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030 considera três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Em específico, o ODS 14 se refere à conservação e ao uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

A década internacional da Oceanografia para o desenvolvimento sustentável, a chamada Década dos Oceanos, objetiva o desenvolvimento da ciência oceânica global, o aumento do conhecimento e a conscientização da humanidade da importância dos oceanos. Por fim, o acordo 30x30 do Quadro de Biodiversidade Global de Kunming-Montreal visa proteger um terço da biodiversidade do mundo, na terra e no mar, até 2030.

Os desafios para o futuro dos oceanos são extremamente complexos e o Tratado do Alto-Mar configura uma importante vitória ao multilateralismo e aos esforços mundiais para combater as ameaças aos ecossistemas. O cumprimento desses compromissos globais para a proteção e a conservação do oceano e o desenvolvimento de uma economia azul sustentável são fundamentais para o futuro e a sobrevivência da humanidade.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/02/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

“DE QUE ADIANTA TER UMA EMPRESA BOA NA VENEZUELA?”, QUESTIONA ZEMA NA FIEPE

Para uma plateia de aproximadamente 60 pessoas, ele contou que encontrou Minas Gerais em estado da insolvência, mergulhado em insegurança jurídica.

Da Redação ME



Romeu Zema para para empresários na FIEPE/Foto: divulgação

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (NOVO-MG), se reuniu na tarde desta quinta-feira (16) com empresários da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) para apresentar os avanços de seu governo e dar alguns recados à atual gestão do governo federal.

“De que adianta ter uma empresa boa, empresa eficiente, num país que está afundando? De que vale uma empresa boa hoje na Venezuela? De que vale uma casa boa lá para quem quer deixar o país”, pontuou, o governador, que foi recebido pelo anfitrião, Ricardo Essinger, presidente da FIEPE. Na plateia também estava o presidente da federação mineira, a FIEMG, Flávio Roscoe Nogueira.

Zema confessou que, como empresário, até os 54 anos, considerava a política uma atividade semi criminoso. “Eu queria distância. Eu não cheguei a colocar uma placa não, mas na empresa era proibido entrar político. Agora, como governador, vocês devem concordar, que estou pagando uma multa pesadíssima, com juros e correção monetária”, disse.

Ricardo Essinger e Romeu Zema na FIEPE/Foto: divulgação

O que levou Zema a mudar de visão foi a crise econômica de 2015 e 2016. “O Brasil afundou. E naqueles anos eu enxerguei que o Brasil foi o único país no mundo que teve recessão. E por que o Brasil afundou entre 2015 e 2016? Por causa da política. E aí fica muito clara a importância da política. É como Flávio (Roscoe Nogueira) disse: se não participarmos, os bandidos vão participar”, pontuou.



Plateia na Fiepe

Ao chegar ao governo de Minas Gerais, Zema disse que se deparou com inúmeros problemas. Para uma plateia de aproximadamente 60 pessoas, ele contou que encontrou Minas Gerais em estado de insolvência, mergulhado em insegurança jurídica, com salários atrasados e sem cronograma de pagamento e inúmeros assaltos a agências bancárias no interior.

“Enquanto isso, o ex-governador andava de helicóptero para cima e para baixo. Ele também tinha sete aviões à sua disposição. Era a força aérea mineira”, disse em tom de deboche. Hoje, os aviões servem a outros propósitos, como à segurança pública. Zema disse que para acabar com assaltos no interior, passou a enviar os policiais do Bope em jatos para as cidades atacadas.

O governador mineiro explicou ainda, que além de ajustar a máquina pública, dedicou atenção ao setor empresarial. “O governo anterior atraiu R\$ 26 bilhões em investimentos. E nós, em quatro anos da nossa gestão, atraímos R\$ 270 bilhões, dez vezes mais”, disse.

Um dos setores que mais atraiu investimentos foi o de energia solar, com R\$ 60 bilhões. “Hoje, Minas Gerais é disparado o maior produtor de energia do Brasil, com mais de 4 giga em geração. E esses investimentos, somados a outros, como as novas indústrias, tem feito o estado depender cada vez menos da mineração, diversificando sua economia”, disse. Nesta sexta-feira, Romeu Zema tem novo encontro com empresários no Recife. Desta vez com os associados do LIDE Pernambuco.

Fonte: Mercos Shipping Marítima Ltda

Data: 17/02/2023

SUAPE RECEBEU O GIGANTE PORTA-CONTÊINER APL DUBLIN

A embarcação movimentou mais de 1.500 contêineres em sua passagem por Pernambuco, entre carga e descarga.

Da Redação ME



O porta-contêiner APL atracou em Suape nesta sexta-feira/Foto: divulgação Suape

Suape recebeu nesta semana, o porta-contêiner APL Dublin, navio com bandeira de Singapura, da empresa armadora CMA CGM. A embarcação, com comprimento de 347,29 metros e largura de 45,28 metros e com calado máximo de 15,5 metros, tem capacidade para transportar 10.700 TEU's (unidade de contêiner de 20 pés). É o maior na categoria já registrado em águas pernambucanas.

O navio, pertencente a classe de maior extensão presente no Brasil, ficou atracado no Cais 1 até a manhã de segunda (13), seguindo viagem ao Porto de Santos, em São Paulo. A embarcação movimentou mais de 1.500 contêineres em sua passagem por Pernambuco, entre carga e descarga. “A chegada de um navio desse porte ressalta a estrutura diferenciada de Suape. Além da localização estratégica do porto, contamos com berços adequados, equipe preparada e águas profundas, cenário

perfeito para receber esse tipo de embarcação. Foram anos de planejamento e simulações para possibilitar o recebimento dos navios de grande porte. Hoje, alcançamos mais um recorde portuário, ganhando destaque nacional e internacional,” afirmou o diretor de Gestão Portuária da estatal, Nilson Monteiro.



O navio pertencente a classe de maior extensão presente no Brasil/Foto: divulgação Suape

O atracadouro tem capacidade e estrutura para receber navios da classe New Panamax, com 366 metros de comprimento e capacidade para transportar mais de 14.000 TEU's, embarcações maiores do que o APL Dublin, de acordo com a Portaria 037/2021, emitida por Suape com autorização da Marinha do Brasil. Em julho de 2022, Suape recebeu o navio MSC NEW HAVEN, com

333,99 metros e capacidade para transportar até 8.084 TEU's. Até então, era o maior da história do porto.

Hubport

Porto de Suape se destaca como concentrador de cargas para regiões Norte e Nordeste, contribuindo com a capacidade logística de todo o país. É líder no Norte/Nordeste na movimentação de cargas containerizadas. “Os resultados são fruto de muito conhecimento técnico aplicado e trabalho em equipe, entre os diversos atores envolvidos. O time é preparado e se capacita para receber, da forma mais segura e eficiente, embarcações de porte cada vez maior, de todos os locais do mundo.”, ressalta o Head de Operações Portuárias de Suape, Felipe Fonseca.

Em 2022, o atracadouro registrou movimentação de 24,7 milhões de toneladas, aumento de 12% em relação ao ano anterior (22 milhões de toneladas), mantendo a liderança nacional em transporte de graneis líquidos e navegação por cabotagem (entre os portos do país). Os graneis líquidos (derivados de petróleo) representam 72,1% do total de cargas transportadas, seguidos de carga containerizada (22,8%), granel sólido (2,7%) e carga geral solta (2,4%).

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 17/02/2023

COM SALTO DE 29% NO FATURAMENTO, PORTO DIGITAL JÁ CONTA COM 17 MIL COLABORADORES

A meta do Porto Digital é chegar a 2025 com cerca de 20 mil colaboradores distribuídos entre 500 e 600 empresas, atingindo faturamento de R\$ 3,5 bilhões.

Por Jairo Lima



Porto Digital/Foto: Iéo Caldas

O Porto Digital registrou aumento de 29,08% no faturamento em 2022, com resultado de R\$ 4,75 bilhões, e 16% a mais no número de colaboradores em comparação ao ano anterior, somando mais de 17 mil profissionais.

Ao todo, o parque faturou R\$ 4.748.376.070,41 em 2022, crescimento de 150% em comparação com o registrado em 2018, de R\$ 1,89 bilhão. Do ponto de vista de capital humano, o parque agora conta com 17.157 colaboradores – acumulando aumento de 81% entre 2018 e 2022, demonstrando o avanço da produtividade do parque ao se comparar os valores dos resultados financeiros.

“Esses números mostram um crescimento consistente das empresas do Porto Digital. É sinal inequívoco de que nosso parque tecnológico é um excelente ambiente para a instalação e o

desenvolvimento de empresas de tecnologia e inovação”, aponta o presidente do parque, Pierre Lucena.

“Essa pesquisa coroa o esforço que o ecossistema tem em conjunto para não só levantar os dados, mas efetivamente transformar a economia de Pernambuco, a vida das pessoas que empreendem e trabalham aqui”, comenta a presidente da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro PE/PB), Laís Xavier.

Dentre as empresas embarcadas no Porto Digital, as que registraram maior crescimento em 2022 foram a Mesa, Serttel e Tempest. Já entre as que mais faturaram estão, em ordem alfabética, Accenture, Acqio, Avanade, Avantia, CESAR, EAD Uninassau, Globo Nordeste, Insole, Neurotech e Tempest.

O presidente do Softex Pernambuco, Yves Nogueira, aponta a questão da formação como ponto importante para os resultados do parque. “Pela primeira vez, temos cursos de tecnologia com ponto de corte maior do que o de medicina. Mais e mais meninos e meninas estão percebendo que a área de tecnologia é interessante como carreira, seja nas instituições de ensino superior públicas, oportunidades como o Embarque Digital e a Formação Acelerada em Programação (FAP), executada pelo Softex”, aponta.

Compromisso com o Porto Digital

“Nas maiores entidades nacionais de tecnologia, como Anprotec e Assespro, temos representantes pernambucanos nas lideranças. Isso é uma demonstração da importância do compromisso coletivo que temos no Porto Digital em alavancar o ecossistema de inovação brasileiro e de Pernambuco”, conta o presidente do Sindicato das Empresas de Processamento de Dados de Pernambuco (Seprope), Gerino Xavier.

Pierre Lucena, presidente do Porto Digital/Foto: Jairo Lima/ME

Entre as que mais empregam colaboradores no parque estão Accenture, Avanade, Avantia, CESAR, FITec, Neurotech, Pitang, Serttel, Speed+, Tempest e EAD Uninassau.

Até então, a meta era que o Porto Digital chegasse em 2025 com cerca de 20 mil colaboradores distribuídos entre 500 e 600 empresas, atingindo faturamento de R\$ 3,5 bilhões. Porém, o valor do faturamento já foi ultrapassado no ano passado, e o número de empresas e colaboradores já está bem próximo do número previsto somente para 2025. Com essa ampliação, o parque chega ao dobro do tamanho que tinha em 2018.

Fonte: Mercoshipping Marítima Ltda

Data: 17/02/2023



EMPRESA DE CAMAÇARI SUSPENDE A PRODUÇÃO E ACENDE O ALERTA EM UM DOS PRINCIPAIS SETORES DA ECONOMIA BAIANA

Informações: Bahia Econômica



A fabricante de equipamentos de energia eólica Siemens Gamesa vai suspender temporariamente as operações de sua fábrica em Camaçari, na Bahia, para ajustar sua estrutura produtiva e atender às demandas atuais do mercado.

A companhia enfrenta e a problemas e ano passado a Siemens Energy interviu e pagou 4,05 bilhões de euros e assumiu a totalidade do controle da empresa. O plano do grupo alemão de comprar a parte que ainda não controlava da espanhola Siemens Gamesa e retirá-la da bolsa

aconteceu em maio, já que o desempenho da fabricante de turbinas afetava os resultados da controladora.

A notícia acende o alerta no setor eólico, um dos mais importante na Bahia e que vem enfrentando dificuldades para se manter competitivo diante das tensões geopolíticas, do ambiente inflacionário, dos riscos macroeconômicos e reflexos ainda da pandemia de covid-19.

“A empresa confirma a hibernação temporária da fábrica de Camaçari (...). A hibernação não terá nenhum efeito na entrega dos atuais contratos onshore da Siemens Gamesa, incluindo a operação e manutenção de parques eólicos e projetos futuros. Nossa confiança no papel-chave que as energias renováveis e a indústria eólica desempenham, assim como no alto potencial do Brasil para liderar globalmente estas agendas, permanece inabalável. Portanto, reafirmamos que a operação local continuará fornecendo o melhor da tecnologia eólica e de serviços aos clientes brasileiros”, disse a empresa, em nota.

A Siemens Gamesa possui contratos de longo prazo no Brasil, mas teve problemas, como no complexo Tucano, na Bahia, em que ela precisou ressarcir a AES Brasil por conta de atraso de comissionamento das máquinas.

Especialistas dizem que o reposicionamento das fabricantes pode ser em função de logística e fornecimento de peças da China. E a alta de commodities pode ter feito com que os fabricantes tenham revisto a política de nacionalização.

A Abeólica, associação do setor, vê a decisão da Siemens Gamesa como fato que requer atenção. Em nota, a entidade avaliou que a pausa é “mais um sinal da pressão de preços e da necessidade de retomada de crescimento do país que não só o setor eólico enfrenta, mas a economia como um todo”. A Abeólica reforçou que “este é um tema chave para a associação em 2023 e que acredita que no médio prazo teremos um cenário mais favorável e veremos sinais de crescimento do país”. Com informações do Valor Econômico.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 17/02/2023

3R DIZ QUE PETROBRAS RATIFICOU CONTINUIDADE DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO POLO POTIGUAR; AÇÕES RRRP3 SALTAM CERCA DE 10%



Recentemente, a Petrobras teve seu programa de desinvestimentos suspenso por 90 dias, o que levantou incertezas sobre processos que já estavam em andamento
Informações: InfoMoney

A 3R Petroleum (RRRP3) disse nesta sexta-feira que a Petrobras (PETR4) ratificou a continuidade do processo de transição do Polo Potiguar. Com isso, as ações têm forte alta: às 10h20 (horário de Brasília), os papéis saltavam 12,32%, a R\$ 30,55, para depois entrarem em leilão. Às 10h54 o avanço era de 10,29%, a R\$ 30,00.

A compra do ativo pela companhia, pelo valor de US\$ 1,38 bilhão, foi aprovada pelo conselho de administração da Petrobras no ano passado, mas o processo de aquisição ainda não foi concluído.

Recentemente, a Petrobras teve seu programa de desinvestimentos suspenso por 90 dias, o que levantou incertezas sobre os processos que já estavam em andamento.

O Polo Potiguar envolve campos produtores de petróleo e gás, bem como terminais de uso privado, refinaria e ativos de armazenamento na Bacia Potiguar, no nordeste do Rio Grande do Norte. Atualmente, o cluster é operado pela Petrobras.

O JPMorgan destaca que a confirmação do processo pela Petrobras deve ser visto como um catalisador muito bom para os 3R.

“Neste momento, falta à 3R apenas a licença ambiental do Ibama (condição precedente para a transação), que a empresa espera obter até o final do mês. Para constar, temos a avaliação do cluster Potiguar em nossos modelos de 3R”, avalia o JP, que tem recomendação overweight (exposição acima da média do mercado, equivalente à compra). O preço-alvo é de R\$ 100, ou um potencial de alta de 268% em relação ao fechamento da véspera.

A 3R Petroleum também divulgou seus dados de produção de fevereiro. A companhia registrou produção de 21,5 mil barris de óleo equivalente por dia (boed) em fevereiro, uma redução de 6,5% em relação ao produzido em janeiro. Ante a média do quarto trimestre, porém, foi 39,6% superior. A companhia é operadora dos polos Macau, Areia Branca, Fazenda Belém, Rio Ventura, Recôncavo, Peroá e Papa Terra, e detém participação de 35% no Polo Pescada. O resultado consolidado dos campos foi de 28 mil barris por dia em fevereiro.

Conforme destaca a Genial, a principal notícia positiva foi a produção do Polo Macau que teve uma ligeira melhora em seus números, reportando uma produção de 4,3 mil barris (versus 3,8 mil barris em janeiro).

(com Reuters)

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 17/02/2023

QUANDO O BEM FAZ MAL

Menos linhas de transmissão, mais baterias nas subestações, isso tornará mais barata a energia

Informações: *Portal A Tarde*



Quando pensamos nas produtoras de energia lembramos as grandes usinas como Furnas, Paulo Afonso, Itaipu e outras obras grandiosas. Foto: Divulgação

Nos cursos de formação de engenharia elétrica, em qualquer parte do mundo, o aprendizado sobre produção e distribuição de energia fala de um processo radial (uma fonte de produção ramificando-se e entregando energia a todos como uma “raiz” e ainda, num fluxo sempre unidirecional, ou seja, da fonte para os usuários).

Quando pensamos nas produtoras de energia lembramos as grandes usinas como Furnas, Paulo Afonso, Itaipu e outras obras grandiosas. Cada uma destinada a cobrir uma extensa área, potências enormes para atender as necessidades de centenas de milhares de consumidores. Grandes usinas sempre se caracterizam por estarem longe dos centros de consumo e investimentos de bilhões de reais. Precisam estar interconectadas através de linhas transmissão quilométricas, obras de valores expressivos necessárias para levar a energia onde se necessita e assegurar a continuidade do sistema, mesmo numa falha eventual de trecho ou subestação. É determinístico o raciocínio de atendimento da fonte distante à carga (usuário). Nessa lógica o modelo do setor elétrico atual foi concebido, construído, é operado e assim são definidas as tarifas de energia elétrica.

Após o choque do petróleo, das reações contra o uso da geração nuclear, dos apelos à descarbonização do planeta, da luta pela preservação do meio ambiente e do crescimento sustentável, antigas soluções de geração de energia, ressurgiram na pauta dos investimentos para atender às necessidades. Com tecnologias modernas, ecologicamente corretas, economicamente viáveis e fáceis de adequar nas escalas de tamanho, potência e recursos financeiros, esses empreendimentos estabeleceram um novo paradigma para suprimento e distribuição de energia. As fontes de geração se aproximaram dos centros de utilização e colocaram um ponto final ao tradicional sistema radial – unidirecional. A produção e uso de energia ocorre hoje numa grande matriz, uma rede em que grandes e pequenos consumidores convivem lado a lado com grandes e pequenos geradores. Há menos de



10 anos eram algumas dezenas de usinas geradoras de energia. Atualmente são mais de 1,73 milhões de sistemas de geração conectados na rede (dados boletim informativo 53 de 03/03/23, ABSOLAR-absolar.org.br). Esse gigantesco parque de fontes de energia, atende cerca de 80 milhões de consumidores em todo Brasil. Uma verdadeira REVOLUÇÃO na logística de distribuição de energia.

Estamos diante de algo complexo e delicado, mas é uma realidade! Grandes desafios se colocam para os operadores desse mercado com relação à proteção, segurança, qualidade de energia, operação, controle dos níveis de tensão e frequência, gerenciamento dos fluxos em diversas direções e ainda manter a estabilidade operacional de tudo, para que não falte energia em nossas casas ou no nosso trabalho.

A geração distribuída (GD) veio para o bem de todos. Permite uma redução expressiva de custos, reduz investimentos na expansão do sistema elétrico, reduz perdas nas redes. Imagine trazer energia de Sobradinho ao Polo Petroquímico de Camaçari (por exemplo)! Além disso utiliza tecnologias ecologicamente corretas, fáceis de instalar, gera empregos e novos negócios num segmento em que apenas grandes grupos econômicos atuavam.

E por que todo esse bem “faz mal”? Porque os atores que fazem as regras e exploram o mercado de distribuição de energia ainda funcionam com métodos e estratégias baseadas nos modelos radiais-unidirecionais, já ultrapassados. Mais de 40% (quarenta por cento) dos pedidos de conexão para novos sistemas de GD estão sendo recusados pelas distribuidoras, porque os sistemas não estão aptos a operar na forma matricial. Os pedidos são recusados por “inversão de fluxo de energia”, quando não são exigidos orçamentos exorbitantes, para realização de reforços nos sistemas existentes.

Cabe à Aneel – Agência Nacional de Energia, ao ONS – Operador Nacional e à EPE – Empresa de Planejamento Energético repensarem regras e estratégias de investimentos para expansão do sistema. Menos linhas de transmissão, mais baterias nas subestações, isso tornará mais barata a energia para todos nós!

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 17/02/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UMA BOA OPORTUNIDADE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, pediu o apoio ao setor privado para aperfeiçoar legislações do setor, em especial as reunidas no programa BR do Mar, que instituiu o Programa de Estimulo ao Transporte por Cabotagem, sancionado ano passado. O pedido ocorreu em evento do setor realizado ontem, no Rio de Janeiro. A autoridade reconheceu “avanços importantes” viabilizados pelo programa, mas admitiu que há “imperfeições que podem ser corrigidas”.

“Queremos que todas as empresas que atuam no Brasil enxerguem no governo um parceiro. Queremos facilitar e ajudar no que for possível e induzir o crescimento”, citou o ministro.

França destacou que uma das metas do Governo para sua pasta é “interiorizar” a cabotagem, fomentando o transporte hidroviário. Segundo ele, com a PEC da Transição, o orçamento destinado às hidrovias para 2023, que inicialmente era de R\$ 4 milhões, saltou para R\$ 550 milhões. “Queremos que as hidrovias possam funcionar com mais eficácia e que nossos portos não se limitem apenas aos grandes portos. É interiorizar para chegar ao transporte mais sustentável”, destacou.

A iniciativa é válida. A implantação da BR do Mar foi elogiada pelo setor, mas alguns players ainda demandavam complementações e mudanças em relação a alguns critérios. Agora, é a oportunidade de se rever os pontos do programa e fazer eventuais ajustes - e isso, em uma ação conjunta entre o

poder público e o setor privado, que é quem mais entende dos desafios de se operar a navegação de cabotagem (costeira) no Brasil.

Que os debates ocorram e, com brevidade, os ajustes acordados sejam feitos, para que o setor produtivo brasileiro possa, enfim, contar com um mercado de navegação costeira otimizado e eficiente, como demanda a economia do País.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/02/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

OUTORGAS

Mais um cargo estratégico no Ministério de Portos e Aeroportos teve sua indicação definida. Mariana Pescatori, que estava como diretora da Infra S.A., foi nomeada como diretora do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias, da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e Aeroportos. Trata-se de um desafio para o qual ela está mais do que preparada, após atuar como uma das principais gestoras dos ministérios dos Transportes e Infraestrutura nos últimos 12 anos.

COMISSÕES 1

Presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, o deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP) ainda estará à frente de duas comissões do Congresso Nacional: a Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) e a de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados. É a primeira vez que um político da Baixada Santista (SP) tem esse destaque no Parlamento.

COMISSÕES 2

À frente da Comissão de Relações Exteriores, Barbosa quer fortalecer o comércio exterior. “Precisamos de mais e não menos negócios com o resto do mundo. É o que impactará diretamente na vida da nossa gente, das pessoas comuns, dos pequenos, médios e grandes produtores”, afirmou.

COMISSÕES 3

Sobre as pautas relacionadas à Defesa, o deputado pretende ampliar o debate sobre questões geopolíticas, como o Atlântico Sul por onde transitam 95% do comércio exterior brasileiro. “Teremos um olhar especial para o Atlântico, que dialoga com as nossas infraestruturas críticas como portos e aeroportos, que nos comunicam com o resto do mundo levando e trazendo riquezas, mas que também sofrem com as novas ameaças, como a pirataria, o contrabando, o crime organizado e o tráfico de drogas, armas e pessoas”, explicou.

COMISSÕES 4

Em relação à Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, Barbosa irá coordenar um colegiado formado por mais cinco deputados e seis senadores, que fiscaliza os 49 órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, inclusive a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

COMISSÕES 5

No comando dessas comissões, o parlamentar já protocolou três requerimentos de audiências públicas com os ministros Mauro Vieira (Relações Exteriores), José Múcio Monteiro (Defesa) e Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços). As datas desses eventos ainda serão definidas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/02/2023

NACIONAL - FRANÇA PEDE APOIO A EMPRESÁRIOS PARA APERFEIÇOAR BR DO MAR

Ministro de Portos discursou ontem em seminário sobre as perspectivas e desafios para a cabotagem
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O ministro Márcio França disse que, em relação à modalidade, a recomendação do presidente Lula é interiorizar a cabotagem, investindo principalmente em hidrovias Crédito: Divulgação/Sérgio Francês

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, pediu apoio a empresários para aperfeiçoar legislações do setor, em especial a BR do Mar, projeto de lei que instituiu o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem, sancionado ano passado.

França reconheceu “avanços importantes” viabilizados pela proposta, mas afirmou existirem “imperfeições que podem ser corrigidas”.

As declarações foram feitas em seu discurso de abertura para o seminário “O crescimento da economia e a importância da cabotagem na matriz de transporte brasileira: perspectivas e desafios”, realizado ontem (16), no Rio de Janeiro, pela Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), em parceria com o jornal Valor Econômico.

“Queremos que todas as empresas que atuam no Brasil enxerguem no governo um parceiro. Queremos facilitar e ajudar no que for possível e induzir o crescimento”, citou o ministro.

França afirmou que, em relação à modalidade, a recomendação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é interiorizar a cabotagem, investindo principalmente em hidrovias. De acordo com ele, com a PEC da Transição, o orçamento destinado às hidrovias para 2023, que inicialmente era de R\$ 4 milhões, saltou para R\$ 550 milhões.

“Queremos que as hidrovias possam funcionar com mais eficácia e que nossos portos não se limitem apenas aos grandes portos. É interiorizar para chegar ao transporte mais sustentável”, disse.

Para ele, o país vive um momento importante do ponto de vista ambiental e, também por isso, precisa investir mais na cabotagem e reduzir a dependência pelo modal rodoviário.

“Temos uma ordem de problemas nos modais de transporte, e certamente o rodoviário é o maior. Precisamos ampliar as ferrovias também, mas se tivéssemos a chance de fazer muito mais com a cabotagem, seria muito importante. Um único navio tira mais de 2 mil caminhões das rodovias e a emissão de CO2 é muito menor”, detalhou.

O ministro ressaltou ainda que a BR do Mar tem o mérito de levar a cabotagem para a agenda pública e que o governo está aberto para ouvir a categoria e trabalhar para fazer “a melhor regulamentação possível e alterações que forem necessárias para aperfeiçoar a legislação”.

BR DO MAR

Sancionada em janeiro do ano passado, a BR do Mar ainda não teve seu decreto de regulamentação publicado, por isso não pode entrar em vigor plenamente.

A nova gestão já disse que pretende publicar o decreto, mas ainda sem prazo definido.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/02/2023

NACIONAL - SENADO APROVA EMENDAS PARA ADEQUAR NAVEGAÇÃO BRASILEIRA À OMI

Transporte marítimo brasileiro será capaz de conduzir novos volumes de carga em viagens internacionais

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br

O plenário do Senado aprovou ontem (16) o texto que tem o propósito de adequar as regras da convenção de tonelagem de navio à realidade das auditorias da Organização Marítima Internacional (OMI). Agora, elas serão conduzidas de acordo com os dispositivos do Código de Implementação dos Instrumentos da OMI.

Após a promulgação pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o transporte marítimo brasileiro será capaz de conduzir novos volumes de carga em viagens internacionais. A medida influencia diretamente no custo do comércio marítimo brasileiro, tendo em vista que determinadas taxas portuárias estão ligadas ao volume de carga embarcada.

O senador Jaques Wagner (PT-BA) foi o relator do texto aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no ano passado. Segundo ele, é com base na classificação da arqueação que as embarcações são autorizadas a ingressar em determinadas áreas ou portos, para evitar acidentes ou danos ambientais, por exemplo.

Na justificativa em defesa do texto, Jaques Wagner lembra que adequar as navegações brasileiras ao Código de Implementação dos Instrumentos da OMI será “efetivo à polícia internacional de segurança da vida humana no mar e de prevenção da poluição ambiental”.

O parlamentar também lembrou a importância da OMI como o estímulo e a promoção da negociação de diversas convenções internacionais, além de emitir centenas de recomendações relativas ao transporte marítimo internacional.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 17/02/2023

REGIÃO SUDESTE - SANTOS APRESENTA PROJETO PARA REVITALIZAR ÁREAS DE ANTIGOS ARMAZÉNS PORTUÁRIOS

Segundo a Prefeitura, os investimentos previstos para o espaço, no Centro Histórico, estão na ordem de R\$ 15 milhões

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



Está previsto que o armazém 4 seja integrado ao parque, tornando-se um espaço para atividades culturais, sob gestão da Prefeitura Crédito: Divulgação/Prefeitura de Santos

A Prefeitura de Santos anunciou ontem (16) o projeto Parque Valongo, que consiste na revitalização dos armazéns 4 e 7, no Centro Histórico da cidade. De acordo com a Administração Municipal, o projeto, que está em elaboração, dará acesso ao Canal do Porto, e prevê espaço

com novo mobiliário, pisos e paisagismo, assim como áreas de contemplação e espaços para eventos. A realocação do Terminal Marítimo de Passageiros, o Concais, não está incluída nesse projeto.

Apresentado no auditório da Associação Comercial de Santos, o projeto do novo parque público ocorre a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público Estadual (MPE) e Santos Port Authority (SPA), Autoridade Portuária que administra o Porto de Santos. Os investimentos previstos para o espaço estão na ordem de R\$ 15 milhões. A expectativa é que a obra seja concluída em 2026.

Segundo o secretário municipal de Desenvolvimento Urbanos (Sedurb), Glaucus Farinello, está previsto que o armazém 4 seja integrado ao parque, tornando-se um espaço para atividades culturais, sob gestão da Prefeitura, enquanto o armazém 7 ficará sob responsabilidade da SPA, que deve destiná-lo a atividades educacionais e tecnológicas em parceria com universidades. Já o espaço onde havia os armazéns 5 e 6, que já não existem mais, será utilizado para a construção da área aberta do projeto.

Concais

A transferência do Terminal Marítimo de Passageiros de Santos, o Concais, que está localizado na região de Outeirinhos, na Margem Direita do Porto de Santos, segue nos planejamentos da SPA. A ideia é que a estrutura seja colocada na área dos armazéns 1, 2 e 3.

Essa remoção do Concais para a região do Valongo, próximo ao Centro Histórico, não está incluída neste novo projeto de revitalização sob responsabilidade da Prefeitura.

“O projeto para realocação do terminal de passageiros está em fase de avaliação/estudos, por meio da SPA e da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), para verificar a viabilidade técnica e econômica da nova estrutura”, informou a Autoridade Portuária de Santos, em nota.

A Prefeitura de Santos explicou que a recolocação do Terminal de Passageiros se trata de um projeto que já estava em curso pela SPA. “As ações são distintas, porém ambas têm o mesmo objetivo, que é a revitalização do Centro Histórico”, disse.

População envolvida

De acordo com a Administração Municipal, a reurbanização do Parque Valongo envolverá a participação da população santista através de consultas e audiência pública. Farinello acredita que os projetos devem ser concluídos ainda neste ano, com início para as intervenções em até 12 meses.

Além da pasta de Desenvolvimento Urbano, também estão envolvidas no projeto as secretarias municipais de Assuntos Portuários e Emprego (Seporte) e de Assuntos Estratégicos, Legislativos e Metropolitanos (Saes).

A pauta sobre o Parque Valongo foi um dos principais temas discutidos durante um encontro, em Brasília, entre o prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB), e o secretário nacional de Portos, Fabrizio Pierdomenico, intermediado pelo deputado federal e presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA) Paulo Alexandre Barbosa (PSDB).

A área utilizada por pessoas que fazem a travessia de barcas Santos-Guarujá, assim como por empresas portuárias para embarque de funcionários, está situada entre os armazéns 4 e 7, espaço que receberá a reurbanização, e por isso também poderá ser beneficiada.

A transferência do terminal de passageiros de cruzeiros para o Centro Histórico não foi incluída, pois há um projeto em curso da SPA

A readequação do local, que pertence ao Governo do Estado e às empresas do porto, ainda precisará ser discutida entre a municipalidade, o órgão estadual e as companhias.



O projeto do Parque Valongo difere da proposta do Porto Valongo, que foi apresentada pela Prefeitura no ano de 2009. Em 2012, o projeto ganhou força e apoio do Governo Federal, mas não andou para frente.

REGIÃO SUDESTE - PARTICIPAÇÃO DO OGMO E PAPEL DA MULHER NO SETOR PORTUÁRIO FORAM ASSUNTOS DO ZR NEWS

Programa teve como convidados o diretor-executivo do Ogmo Santos, Evandro Schmidt Pause, e a diretora de Relações Institucionais da Piacentini do Brasil, Elck Fogagnoli

Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



Segundo Evandro Schmidt Pause, apenas uma mulher dos 47 profissionais foi selecionada para o processo seletivo privado para a categoria de consertadores Crédito: Reprodução/ZR News

O Programa ZR News, veiculado na Rádio Santa Cecília FM (107,7), dedica todas as quintas-feiras ao noticiário envolvendo o setor portuário. Na edição de ontem (16), ficou destacada a participação do Órgão

de Gestão de Mão de Obra (Ogmo) de Santos, onde 47 novos profissionais passarão a atuar na escala depois de processo seletivo.

O mês de março é marcado pelo Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8. Segundo Evandro Schmidt Pause, diretor-executivo do Ogmo Santos, apenas uma mulher dos 47 profissionais foi selecionada para o processo seletivo privado para a categoria de consertadores.

“Infelizmente no processo seletivo houve baixo interesse por parte das mulheres, sendo apenas 5% dos candidatos. Depois de praticamente sete meses termos essa efetivação. Foram realizadas seis etapas, sendo a última delas 156 horas de curso, teóricas e também práticas, onde aprenderam a função do consertador”, comentou.

Os consertadores atuam diretamente no escoramento da carga, tanto no reparo, no caso do rompimento da estrutura de amarração do fardo, para que, por exemplo, a carga não venha a cair ou mudar de posição durante a viagem, dependendo do balanço das embarcações, para não haver perdas e avarias.

“A atividade do conserto tinha sofrido uma redução significativa ao longo do tempo na questão de demanda, principalmente pela questão do retorno e do crescimento da movimentação de celulose, que é o maior requisitante dessa mão de obra. Eles voltam a ter um papel importante no porto, abre-se, via uma convenção coletiva entre o sindicato laboral e o Sindicato dos Operadores Portuários de São Paulo (Sopesp), sindicato patronal, que determinaram as regras do processo seletivo que foi implementado pelo Ogmo. Desde o edital até etapas de teste de aptidão física, teste de avaliação psicológica, exames médicos, entre outros”, analisou.

O Ogmo atua com um papel para todos os trabalhadores das categorias diferenciadas, que são elas: capatazia; bloco; estiva, vigia, conferentes e consertadores. As escalas, que são diárias, são feitas conforme as requisições dos operadores portuários. “A escala é isonômica, com rodízio sequencial numérica, onde todos têm oportunidades iguais, restritos às habilitações de cada um”.

Brasil Export

A diretora de Relações Institucionais da Piacentini do Brasil, Elck Fogagnoli, e também conselheira do Brasil Export, ressaltou a importância da realização do Fórum no segmento portuário.

“Quando se pergunta o que representa todos os segmentos do porto, isso é o Fórum Brasil Export. Quem realmente tem planejamento estratégico, sejam técnicos de resolução, está lá fazendo parte. A principal fonte de roadshow é o Fórum”, disse.

Evandro Schmidt, que aceitou recentemente o convite para ser conselheiro do Santos Export, disse que as funções exercidas pelo Ogmo estão inseridas nos fóruns.

“O Ogmo está bastante conectado ao projeto do Brasil e do Santos Export. O fórum é importante para nós trazermos a mensagem de quem é o novo Ogmo. Queremos desmistificar o que foi erroneamente construído ou conduzido no papel dos Ogmos. Ir a este fórum é adequado, congrega pessoas do porto e que tem relação direta ou indireta com o Ogmo. Conseguimos levar essa mensagem de uma maneira consistente”, comentou.

Santos Export

Todas as quintas-feiras, o ZR News, com apresentação do jornalista Zerri Torquato, é voltado para os assuntos portuários, além de ter o quadro Santos Export. O programa pode ser acompanhado também pelo portalbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/02/2023

REGIÃO NORTE - REBOCADOR AFUNDA E DERRAMA 13 MIL LITROS DE ÓLEO NO RIO AMAZONAS; VEJA VÍDEO

Acidente ocorreu no momento em que a embarcação era abastecida

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



Rebocador afundou porque não aguentou o peso da carga e parte do óleo vazou para o rio/Reprodução

Ao menos 13 mil litros de óleo foram derrubados no Rio Amazonas, ontem (15), após um rebocador afundar em Itacoatiara (AM). O incidente ocorreu por volta das 14h40, no momento em que a embarcação estava sendo abastecida. Não houve feridos.

A Terminais Fluviais do Brasil, empresa responsável pela operação, explicou que o Rebocador Waldomiro Lustosa III estava sendo abastecido com 43 mil litros de combustível, mas afundou porque não aguentou o peso da carga. Parte do óleo vazou para o rio e medidas de emergência foram tomadas, entre elas a colocação de barreiras de contenção.

O secretário de Meio Ambiente de Itacoatiara, Handson Nelson, explicou que além das barreiras, a empresa posicionou equipamentos em pontos estratégicos para a retirada do óleo que está flutuando sob a linha d'água e para mitigar a dispersão do combustível pelo rio.

Mesmo assim, até às 18h de ontem, os fiscais da pasta já tinham detectado de 8 a 10 hectares da superfície do rio atingidos pelo vazamento.

A operação de limpeza seguiu durante a noite e permanece sendo feita hoje. Equipes da prefeitura acompanham os trabalhos até que seja anunciada a conclusão.

A empresa também tem um prazo de 10 dias para retirar o rebocador do fundo do rio. Em seguida, será feita uma perícia na embarcação.

A companhia afirmou que está trabalhando para enumerar os danos ocorridos e em parceria com os órgãos de fiscalização e controle, instaurou um inquérito para apurar os fatos e responsabilidades sobre o acidente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/02/2023

REGIÃO SUL - GOVERNO PROMETE AGILIDADE EM ACELERAR PROCESSOS PARA CONSTRUÇÃO DO PORTO MERIDIONAL

Novo Terminal de Uso Privado está localizado em Arroio do Sal, no litoral norte gaúcho
Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



A construção do Porto Meridional foi tema de uma reunião entre o ministro Márcio França e uma comitiva de empresários, políticos e lideranças do Rio Grande do Sul Crédito: Divulgação

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, recebeu, na semana passada, em Brasília, uma comitiva de empresários, representantes políticos e demais lideranças do Rio Grande do Sul para uma reunião que teve como pauta principal a construção do Porto Meridional, em Arroio do Sal, no litoral norte no estado. O Governo Federal se propôs a tratar o assunto com agilidade para acelerar os processos de liberação.

O encontro foi intermediado pelo senador Luís Carlos Heinze (PP/RS), e também contou com a participação do deputado federal Pedro Westphalen (PP/RS) e do deputado estadual Issur Koch (PP), que é Presidente da Frente Parlamentar em Apoio ao Porto Meridional na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Durante o encontro, Issur afirmou que a implantação do novo complexo, em uma das áreas mais carentes de investimento no estado, irá colocar o Litoral em um outro patamar em questão de desenvolvimento, ao mesmo tempo que representa a diminuição do custo logístico para os produtos gaúchos.

“Temos hoje o maior custo logístico entre os estados brasileiros para transporte de cargas, estimado em 22% por entidades empresariais. Essa realidade começa a mudar com o novo porto”, comentou.

Após o encontro, o Governo Federal fez a promessa de atuar com agilidade nos processos de autorizações federais vinculados à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama).

França afirmou que o Ministério fará todos os esforços em prol da continuidade do projeto. Segundo ele, empresas operadoras de turismo estão com grande interesse em portos com calados superiores a 15 metros para receber navios de cruzeiro, como seria o caso de Arroio do Sal.

“Dentro das possibilidades e necessidades, vamos fazer tudo que for possível, pois este tipo de negócio interessa ao Brasil. Não temos qualquer objeção a novos terminais”, comentou o ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 17/02/2023

REGIÃO NORDESTE - CODEBA CELEBRA “EVOLUÇÃO SIGNIFICATIVA EM GOVERNANÇA” AO COMPLETAR 46 ANOS

Diretora-presidente da Autoridade Portuária baiana celebra ampliação do índice de execução do orçamento de investimentos e o faturamento recorde em 2022
Por **BRUNO MERLIN** redacao@portalbenews.com.br

“Significativa evolução da governança corporativa”. Essa foi a resposta da atual diretora-presidente da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), Ana Paula Calhau, ao ser questionada qual o principal marco de seu trabalho e dos colegas dirigentes à frente da Autoridade Portuária que completa 46 anos neste dia 17 de março. Do ponto de vista objetivo, a Codeba ampliou para 28,35% o índice

de execução do orçamento de investimentos frente aos 6,36% registrados em 2019, e reduziu para 19% no último ano os processos não conformes nas análises de compliance (o índice era de 51% há três anos).



A Companhia das Docas do Estado da Bahia administra os portos de Salvador, Aratu e Ilhéus e pertence à estrutura do Governo Federal Crédito: Divulgação

Ana Paula também destacou o faturamento recorde em 2022 (R\$ 215.385.167,00), incremento de 8,09% em relação a 2021, e os melhores dois anos em volume de cargas movimentadas (13.629.392 toneladas em 2021 e 12.651.022 no último período de 12 meses).

A diretora-presidente diz que mercado e o Poder Público reconhecem esses avanços. “É uma grande satisfação o reconhecimento por todos esses feitos da Codeba. Isso é um verdadeiro prêmio para nós e o que mais queremos celebrar nesta data festiva”, explicou ao BE News. Como exemplo, ela apontou a expressiva evolução das notas da Autoridade Portuária no Indicador de Governança das Empresas Estatais (IG-SEST), melhorando a nota de 5,51 no terceiro ciclo, em 2018, e recebendo a avaliação de 8,73 no sexto ciclo, divulgando no último ano.

“Chamo atenção também para obtenção da licença de operação do Porto de Salvador, tendo agora a Codeba licenças vigentes nos três portos administrados por ela”, complementou.

A companhia foi constituída em sessão pública realizada com a Assembleia Geral dos Acionistas, em 17 de fevereiro de 1977, administra os portos de Salvador, Aratu e Ilhéus e pertence à estrutura do Governo Federal, sendo vinculado à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, agora abrigada no novo Ministério de Portos e Aeroportos.

Ana Paula foi peça-chave no trabalho realizado nos últimos anos à frente da Diretoria Empresarial e de Relações com o Mercado, durante a gestão do diretor-presidente Carlos Autran. Com a saída de Autran, ela acumulou a presidência ao trabalho de diretora. O mesmo acontece com o diretor de Gestão Administrativa e Financeira, Jenner Augusto Kruschewsky, que agora acumula temporariamente também a diretoria de Infraestrutura e Gestão Portuária.

A atual diretora-presidente ainda fez questão de citar o trabalho de revisão de toda a estrutura organizacional, fundamentada no Programa de Modernização da Gestão Portuária (PMGP), a edição do Novo Estatuto Social e do Novo Regimento Interno da Codeba, ambos “adequados ao cenário da nova estrutura organizacional”, segundo ela. Para o futuro, o objetivo é reduzir ainda mais as não conformidades ambientais nos portos públicos baianos, com aperfeiçoamento de monitoramentos, ações de educação ambiental, de prevenção de riscos e de combate a emergências.

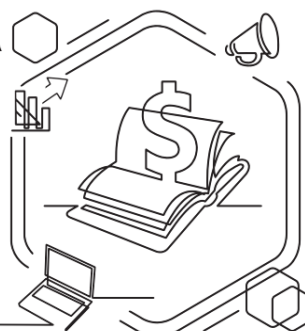
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/02/2023

OPINIÃO – ECONOMIA - A FALÊNCIA DO SILICON VALLEY BANK E OS (EVENTUAIS) IMPACTOS PARA O BRASIL E PORTUGAL



MARCELO DE SOUZA SOBREIRA
Conselheiro, consultor e professor
em Mercados Financeiro e de Capitais
opiniao@portalbenews.com.br





Não temos como deixar de abordar um dos temas mais comentados nos últimos dias: a falência de um banco americano e os eventuais impactos para as economias brasileira e portuguesa. Algumas questões iniciais: quem era o Silicon Valley Bank? Por que quebrou? Como essa situação afetou os correntistas do banco e o mercado? E finalmente: qual o impacto para o Brasil e Portugal?

O objetivo desse artigo é tentar responder essas perguntas, lembrar conceitos da Teoria de Finanças e seus efeitos práticos, dentre eles: a importância da diversificação dos recursos, a realização de uma oferta de ações como alternativa de financiamento, a corrida bancária dos clientes, o papel da autoridade monetária e o (improvável) efeito dominó da quebra do Silicon Valley Bank (SVB).

Apesar de pouco conhecido, o Silicon Valley Bank era o 16º maior banco dos Estados Unidos e se tornou a maior falência de uma instituição financeira americana desde a crise financeira de 2008. Atuava junto às startups e às empresas de pequeno porte.

A corrida bancária da ordem de US\$ 42 bilhões em poucas horas contribuiu para a quebra do banco. Houve saques e transferências de recursos de vários clientes para outros bancos, o chamado “flight to quality”, ou seja, um termo do mercado financeiro que se refere a um movimento coletivo de busca por ativos mais seguros, geralmente observado em momentos de perda de credibilidade ou incerteza das condições da saúde financeira de uma instituição financeira.

Paralelamente, diferente daqueles correntistas que conseguiram resgatar ou transferir os recursos, alguns clientes concentravam seu capital no SVB e não conseguiram sacar o dinheiro. Para mitigar esse risco, é recomendado ter conta corrente em mais de uma instituição financeira e não concentrar todos os recursos ou fluxo de caixa da empresa em apenas um único banco.

O Silicon Valley Bank tentou fazer uma oferta de ações subsequente (follow on) para sanar o problema de liquidez. Uma oferta estimada em US\$ 2 bilhões, com a informação aos potenciais investidores de que havia um grande investidor (investidor âncora para garantir o sucesso da oferta) com uma ordem de compra de US\$ 500 milhões. Contudo, a oferta não foi bem-sucedida, pois não tiveram outros investidores com apetite para comprar as ações.

Com isso, o banco não resolveu o problema de liquidez e capital, foi decretado insolvente pela autoridade monetária americana e sofreu intervenção do Departamento de Proteção Financeira e Inovação.

E qual a solução para os correntistas do banco? Mesmo com a quebra de um banco nos EUA, os depositantes têm direito a receber até US\$ 250 mil. De acordo com as informações de mercado, para mitigar o risco de “contágio” ou novas corridas bancárias, a autoridade monetária americana vai garantir os recursos depositados de todos os correntistas.

Num mercado globalizado, toda vez que ocorre uma situação atípica dessas (quebra de uma instituição financeira), ela entra no radar do mercado e, conseqüentemente, impacta o preço das ações de diversos bancos pelo mundo. Ademais, cabe registrar a declaração do economista chefe da agência de classificação de risco Moody’s, que disse: “O sistema está mais bem capitalizado e líquido do que nunca”. Essa é uma importante afirmação para acalmar os mercados.

Portanto, na minha opinião, eu descartaria o risco de grandes impactos para o Brasil e Portugal, pois a autoridade monetária americana agiu rápido, os sistemas bancários brasileiro e europeu são sólidos e o Silicon Valley Bank não tem a relevância que o banco Lehman Brothers tinha em 2008. De qualquer forma, é legítimo que a crise financeira global seja lembrada e comparada.

Cabe a nós acompanhar os desdobramentos desse caso, revisitar os conceitos de Finanças e aguardar pela volta da normalidade dos mercados financeiro e de capitais e do comércio exterior mundial o mais rápido possível.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 17/02/2023

NACIONAL - VITRINE

VITRINE



CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua Vitrine.

Fazia algumas edições que a coluna não estava tão variada e recheada de acontecimentos espalhados pelo Brasil e Portugal. Passamos por Lisboa, Santos (SP), Brasília (DF), São Paulo (SP) e Vitória (ES). Este é o retrato do movimento do nosso setor e a velocidade dos negócios deste mercado. Para quem gosta de bastidores, bem-vindo!

MULHERES FALANDO DE PORTO



Cândice La Terza

Nos estúdios da Santa Cecília TV, em dia de gravação de quadro da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), a gerente de Tecnologia da Informação da Abtra, Juliana Rodrigues, a coordenadora de produção da Santa Cecília TV, Rita Dettler, a gerente de Comunicação e Sustentabilidade da Santos Brasil, Béatrice Dupuy, a coordenadora de Relações Institucionais e Novos Negócios do grupo Santa Cecília, Érika Teixeira, a gerente de Comunicação e Relações Institucionais da Abtra, Milena de Castro, a analista de Comunicação da Santos Brasil, Mariela Gonçalves, a diretora de jornalismo e apresentadora da Santa Cecília TV, Natalie Nanini, e a assessora de Comunicação da Rep Consulting, Adriana Martins.

INTERMODAL, SUCESSO!

Divulgação/Intermodal



Em close especial para nossa coluna, a diretoria de Tecnologia da Informação e conselheira do Brasil Export, Queit Zunino, e o também conselheiro do Brasil Export e CEO da ModalGR, Danilo Abbondanza, durante a disputadíssima Feira Intermodal, que aconteceu em São Paulo, no início de março, e reuniu autoridades, profissionais e empresas do setor de logística de todo o Brasil.

FOI DADA A LARGADA

Divulgação/Fenop



o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, o presidente reeleito da Associação Comercial de Santos (CDL) e conselheiro do Brasil Export, Mauro Sammarco, o advogado da Sammarco Associados, em Brasília, Nicola Margiotta Junior, e o diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) e presidente do Conselho do Santos Export, Ricardo Molitzas.

Na noite da última terça-feira, em Brasília, na cerimônia de lançamento dos trabalhos do Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, o diretor executivo do Órgão de Gestão de Mão de Obra de Santos (OGMO), Evandro Schmidt Pause, o vice-presidente da Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo, Marcelo Kanitz,

Portugal Export



BRASIL E PORTUGAL, PARCERIA CONTÍNUA

Reforçando as parcerias e relações comerciais entre Brasil e Portugal, estiveram reunidos em Lisboa esta semana, o empresário e conselheiro do Portugal Export, Renato Estevão, Regional Sales and Logistics Senior Manager da Yilport Ibéria, Diogo Castro, e o diretor-executivo do Portugal Export, Marcelo Sobreira. Com certeza, vem notícia boa por aí!



MULHERES & PORTO

Mulheres portuárias marcaram forte presença na reunião conjunta da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), abarcando os comitês técnicos do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO), do setor Jurídico e de Saúde e Segurança, em Vitória (ES), na semana passada. E quem segura tanta competência? Obrigada ao 'Mulheres & Porto' pelas fotos, sempre incríveis, para a coluna Vitrine.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 17/02/2023

MUNDO CORPORATIVO - ADVOGADOS PASSA A ATUAR COMO ESPECIALISTA ADUANEIRO DA ONU

Advogado passa a atuar como especialista aduaneiro da ONU

Ele também atua como professor do Grupo Aduaneiras

LEOPOLDO FIGUEIREDO
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

A edição desta semana da coluna Mundo Corporativo destaca o novo desafio profissional do advogado Eduardo Leite. Ele começa a trabalhar como especialista aduaneiro no United Nations for Trade Facilitation and Electronic

Business. Outro ponto abordado é a obtenção do título de Doutor em Transporte pelo ex-secretário-executivo adjunto do Ministério da Infraestrutura Alan Lopes. Confira.

Nações Unidas
O advogado Eduardo Leite inicia uma nova fase em sua carreira, agora como especialista aduaneiro no **United Nations for Trade Facilitation and Electronic**

Business (UN/Cefact, em tradução livre do inglês, Centro das Nações Unidas para Facilitação do Comércio e Mercado Eletrônico). Professor do Grupo Aduaneiras, ele integra a Comissão de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro da OAB São Paulo.

Universidade de Brasília
O ex-secretário-executivo adjunto do Ministério da Infraestrutura Alan Lopes

recebeu seu título de Doutor em Transportes pela **Universidade de Brasília** na última semana. Sua pesquisa teve como título Método para Predição do Prazo de Execução de Obras Rodoviárias: Estudo Aplicado em Contratações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do Brasil. Engenheiro civil e perito criminal federal, Lopes integrou a pasta da Infraestrutura nos últimos

dois anos.

VCRP Brasil
O grupo de comunicação VCRP passa a contar com um executivo específico para cuidar de projetos destinados à geração Z, aquela que nasceu em um ambiente totalmente digital, entre o fim da década de 90 e 2010. Para o cargo, que recebeu a denominação de ZEO, foi chamada Luiza Guerra de Oliveira.

Quer divulgar seu novo cargo, sua promoção ou o novo projeto profissional, envie as informações para o e-mail leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br ou, pelo whatsapp, para a Linha Direta BE News, no (11) 91615-1200

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 17/02/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SUAPE RECEBE MAIOR NAVIO DE CARGAS JÁ ATRACADO EM ÁGUAS PERNAMBUCANAS

Informações: Guia Marítimo (17 de março de 2023)

Mais um dia histórico para o Porto de Suape. O atracadouro recebeu um navio porta-contêiner de classe mundial e de maior comprimento já registrado em águas pernambucanas. Trata-se do APL DUBLIN, navio com bandeira de Singapura, da empresa armadora CMA CGM. A embarcação, com comprimento de 347,29 metros e largura de 45,28 metros e com calado máximo de 15,5 metros, tem capacidade para transportar 10.700 TEU's (unidade de contêiner de 20 pés).



O navio, pertencente a classe de maior extensão presente no Brasil, ficou atracado no Cais 1 até a manhã de segunda (13), seguindo viagem ao Porto de Santos, em São Paulo. A embarcação movimentou mais de 1.500 contêineres em sua passagem por Pernambuco, entre carga e descarga. “A chegada de um navio desse porte ressalta a estrutura diferenciada de Suape. Além da localização estratégica do porto, contamos com berços adequados, equipe preparada e águas profundas, cenário perfeito para receber esse tipo de embarcação. Foram anos de planejamento e simulações para possibilitar o recebimento dos navios de grande porte. Hoje, alcançamos mais um recorde portuário, ganhando destaque nacional e internacional,” afirmou o diretor de Gestão Portuária da estatal, Nilson Monteiro.

O atracadouro tem capacidade e estrutura para receber navios da classe New Panamax, com 366 metros de comprimento e capacidade para transportar mais de 14.000 TEU's, embarcações maiores do que o APL Dublin, de acordo com a Portaria 037/2021, emitida por Suape com autorização da Marinha do Brasil. Em julho de 2022, Suape recebeu o navio MSC NEW HAVEN, com 333,99 metros e capacidade para transportar até 8.084 TEU's. Até então, era o maior da história do porto.

HUBPORTO – Porto de Suape se destaca como concentrador de cargas para regiões Norte e Nordeste, contribuindo com a capacidade logística de todo o país. É líder no Norte/Nordeste na movimentação de cargas containerizadas. “Os resultados são fruto de muito conhecimento técnico aplicado e trabalho em equipe, entre os diversos atores envolvidos. O time é preparado e se capacita para receber, da forma mais segura e eficiente, embarcações de porte cada vez maior, de todos os locais do mundo.”, ressalta o Head de Operações Portuárias de Suape, Felipe Fonseca.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/02/2023

PORTO DE ITAJAÍ RECEBE NOVA ATRACAÇÃO DE NAVIO COM VEÍCULOS IMPORTADOS

informações: Município de Itajaí (17 de março de 2023)

Nesta quinta-feira (16), um navio com veículos da montadora alemã BMW e da norte-americana General Motors (GM) atracou novamente no Porto de Itajaí, no berço 02 (cais público). Ao todo, 1.027 veículos desembarcaram na cidade, trazidos pelo Eurasian Highway. Esta foi a 14ª operação com transporte de veículos (Roll On Roll Off) no Porto desde março de 2022, quando as atividades foram retomadas após a pandemia. Quase 11 mil automóveis e 20,2 mil toneladas já foram desembarcados em Itajaí nesse período.

A operação de desembarque desta quinta foi realizada pela SC Portos e totalizou uma movimentação de 1.852 toneladas. Com procedência do Porto de Santo Domingo (República Dominicana) e bandeira do Japão, a embarcação que trouxe os veículos importados possui 199,97 metros de comprimento por 32,26 metros de boca (largura).

Sistema Roll On Roll Off

A operação do tipo Roll On Roll Off é um sistema em que os veículos são levados para fora do navio até uma área primária do Porto. Este tipo de movimentação pode ser encerrada em menos de cinco horas, dependendo do volume e também do número de veículos a bordo.

A última atracação deste modal ocorreu no início deste mês com o navio Cape Town Highway. Ao todo, foram desembarcados na operação 756 veículos das montadoras BMW e GM.

“O Porto de Itajaí se destaca no setor logístico, entre os demais portos brasileiros, pelo sistema Roll On Roll Off, realizado mensalmente há quase um ano. Por meio de sua eficiência, da responsabilidade dos nossos trabalhadores portuários e do sucesso deste tipo de operações, comprova-se que o Porto de Itajaí está apto para este tipo de movimentação. O intuito da Autoridade Portuária é proporcionar ao Porto de Itajaí inovação operacional e tecnológica, e também o aprimoramento em todos os setores, com segurança e excelência”, destaca Fábio da Veiga, superintendente do Porto de Itajaí.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/02/2023



MAPA E UNIÃO EUROPEIA DISCUTEM O FORTALECIMENTO DE INICIATIVAS FOCADAS NA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (17 de março de 2023)

Membros da Comissão Europeia estiveram reunidos nessa terça-feira (14) com representantes da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária (SDI/Mapa) para conhecer as iniciativas, inovações e tecnologias sustentáveis já utilizadas na agropecuária brasileira (Programa ABC+) e discutir possíveis parcerias.

A Comissão Europeia apresentou a iniciativa AL-INVEST Verde, um programa financiado pela União Europeia (UE) para promover o crescimento sustentável da América Latina, apoiando a transição para uma economia de baixo carbono. Para o Brasil, foi colocada a possibilidade de parceria em três componentes para cadeias específicas livres de desmatamento, sendo: apoio a pequenas e médias empresas; apoio a projetos de assistência técnica de instituições públicas; e o fomento para agregação de valor, principalmente mentorias, sobre propriedade intelectual (marcas coletivas e indicações geográficas) para pequenos e médios produtores.

No encontro também foi discutida a necessidade de aprofundar o tema sobre a produção sustentável nacional, incluindo a possibilidade de geração de mercados de alto valor agregado para produtos que tenham origem em sistemas que produzem e preservam simultaneamente.

Participaram da reunião a chefe de gabinete da SDI Lizane Ferreira, a diretora do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação (Depros), Sibelle Silva; o diretor do Departamento de Apoio à Inovação para Agropecuária (Diagro), Alessandro Cruvinel, o diretor do Departamento de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas (Deflo), Pedro Neto.

Pela Comissão Europeia, estiveram presentes o chefe de Cooperação da Delegação Bojan Grlas, o chefe de Cooperação da Delegação da UE no Brasil, Stefan Agne, o oficial de Comércio da Delegação da UE no Brasil, Miguel Castro, a diretora-geral da AL-INVEST Verde, Ingrid Jenezova, entre outros.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/02/2023

GOVERNO DE SÃO PAULO ASSINA DECRETO PARA RETOMADA DA ATIVIDADE INDUSTRIAL

Informações: Governo do Estado de São Paulo (17 de março de 2023)

O Governo de São Paulo deu mais um passo para fomentar a retomada da atividade industrial no Estado. Em agenda na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), nesta quinta-feira (16), o governador Tarcísio de Freitas assinou Decreto que institui o Conselho Estadual de Promoção da Nova Industrialização. O documento será publicado no Diário Oficial.

Para instrumentalizar a nova industrialização do Estado, o governador paulista destacou seis pilares de atuação: energia, infraestrutura, crédito, tributação, capacitação profissional e digitalização.

“Vamos trazer a indústria de volta para São Paulo e vamos ver os negócios aparecendo. O que queremos é que nossas empresas prosperem e ver o Estado mais competitivo”, disse Tarcísio de Freitas.

Estrutura do Conselho

O Conselho Estadual de Promoção da Nova Industrialização terá caráter consultivo e vai orientar ações, políticas e diretrizes do Governo de SP para a reindustrialização na unidade federativa. Ele será composto por oito membros titulares e igual número de suplentes, dos seguintes órgãos: Secretaria de Desenvolvimento Econômico (que exercerá a presidência do colegiado); Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; Secretaria de Fazenda e Planejamento (que exercerá a vice-presidência); Casa Civil; Secretaria de Parcerias em Investimentos; Secretaria de Negócios Internacionais;

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).

“Estaremos ao lado do governo para gerar empregos e fazer o Estado crescer. Esse Conselho trará bons resultados”, disse o presidente da Fiesp, Josué Gomes.

Os membros do Conselho serão designados pelo governador para mandatos de dois anos, com possibilidade de recondução aos postos. A participação, porém, não será remunerada, sendo caracterizada como serviço público relevante. Caberá ao Conselho propor diretrizes para promover o desenvolvimento econômico e industrial competitivo, inclusivo, sustentável e inovador; estimular a intersectorialidade e a transversalidade das políticas públicas estaduais para promoção da reindustrialização; estabelecer canal de diálogo permanente entre o Poder Público e o setor produtivo e implementar estratégias para o impulsionamento da indústria paulista no cenário nacional e internacional; incentivar o fortalecimento das cadeias produtivas e promover a redução das desigualdades regionais; apoiar o desenvolvimento de ações visando à formação e capacitação profissional para atender as demandas do setor produtivo; e propor e estimular a produção de estudos, análises e indicadores de desenvolvimento industrial. Os secretários de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima; e de Justiça e Cidadania, Fábio Prieto, também estiveram presentes.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 17/02/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

GOVERNO PREPARA MEDIDA PROVISÓRIA PARA OFERTAR GÁS NATURAL COM ESTATAL DO PRÉ-SAL

Mudança no papel da PPSA é um dos pontos do programa Gás para Empregar, anunciado pelo ministro Alexandre Silveira (PSD)

Por Hanrikson de Andrade e André Ramalho 17 de março de 2023 Em Mercado de gás, Política energética



Alexandre Silveira e Lula participam da primeira reunião do CNPE do atual governo (Foto: Tauan Alencar)

BRASÍLIA e RIO – O Ministério de Minas e Energia (MME) enviou para a Casa Civil uma medida provisória para alterar as atribuições da estatal responsável por comercializar a produção da União na partilha do pré-sal, com o objetivo de ampliar a oferta de gás natural a preços mais competitivos.

A ideia é criar um formato para troca (swap) do óleo da União por volumes adicionais de gás natural disponíveis para comercialização por meio Pré-sal Petróleo SA (PPSA).

Além disso, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deu os primeiros passos para estruturar novas propostas para o mercado de gás natural. O objetivo é promover a reindustrialização do país, segundo o ministro Alexandre Silveira (PSD).



Foi a primeira reunião do colegiado no governo Lula (PT), que contou com a presença dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin (PSB), além do próprio presidente da República.

“Temos uma empresa, a PPSA, que será fundamental. Nós aprovamos aqui e vai tramitar na Casa Civil uma medida provisória. Esperamos que seja o mais rápido possível para que possamos fazer o swap do óleo que já é da União pelo gás natural”, explicou Silveira.

Novo programa Gás para Empregar

A MP e a resolução do CNPE são as primeiras peças anunciadas do novo programa do governo federal, batizado de Gás para Empregar. Na agenda, estão o acesso do mercado industrial, a construção de nova infraestrutura e a redução da reinjeção de gás natural nos campos offshore.

“Nós precisamos trazer esse gás para aumentar a nossa oferta, sermos mais competitivos em termos de preço do gás natural”, afirmou Alexandre Silveira.

Silveira acena para indústria de fertilizantes

Não foram dados detalhes sobre a medida provisória — o que inclui a intenção ou não de direcionar determinados volumes de gás natural a um segmento específico, como a indústria de fertilizantes.

O ministro de Minas e Energia trata do assunto sob a perspectiva não só da segurança energética, mas também da segurança alimentar — num aceno para grupos empresariais (a Coalizão pela Competitividade do Gás Natural Matéria-Prima) que defendem um mercado de gás ancorado no desenvolvimento das indústrias de fertilizante e química.

“Não podemos admitir que o Brasil seja importador de 85% da nossa ureia. Não somos competitivos para produzir amônia, produto base da ureia brasileira. Sabemos o quanto que é importante a nossa vocação para alimentar não só todos os brasileiros e brasileiras, mas todo mundo. E o quanto que isso é importante para as nossas divisas e exportações”, comentou.

No pano de fundo, está a discussão sobre a reinjeção de gás — aquele debate em que parte da indústria defende iniciativas de expansão da infraestrutura de escoamento, enquanto produtores dizem que não se trata de desperdício, mas da gestão eficiente dos reservatórios de óleo, com gás associado.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a oferta de gás pode ser 19 milhões de m³/dia maior que o previsto, se reinjeção for menor.

Declarações Haddad, Silveira e Alckmin ao longo desses três meses de governo convergem na direção da necessidade de se combater “desperdícios” na reinjeção de gás no Brasil.

Com o Gás para Empregar, o governo Lula recoloca o gás natural dentro da agenda de reindustrialização do país — tema que ficou de fora dos primeiros discursos de Alckmin à frente do MDIC.

O vice-presidente assumiu a pasta, em janeiro, com discurso focado na reindustrialização e agenda de competitividade. Citou, dentre as prioridades, a economia verde e bioenergia, mas deixou de fora o choque do gás barato, como prometia Paulo Guedes e que acabou não se concretizando.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 17/02/2023

ESTALEIROS DEFENDEM VOLTA DE PROGRAMAS DE APOIO DA PETROBRAS À INDÚSTRIA NAVAL

Sinaval pleteia retomada ou reformulação de iniciativas como o Prorefam e Promef
Por Gabriel Chiappini 17 de março de 2023 Em Congresso, Mercado offshore, Petróleo e gás



Obra no Estaleiro Rio Grande. Foto: Stéferson Faria/ Agência Petrobras

RIO – O secretário executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), Sérgio Leal, defende que a Petrobras retome — ou reformule — antigos programas de promoção do setor, como o Programa de Renovação da Frota de Apoio Marítimo da Petrobras (Prorefam), e o Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef).

Mira, assim, o aumento da demanda por serviços de construção de barcos de apoio e embarcações de transporte de cargas, como petroleiros e gaseiros.

E defende um aumento da quantidade de encomendas de integração de módulos de plataformas, de forma que, progressivamente, os estaleiros brasileiros consigam construir FPSOs.

“O papel indutor da Petrobras de progresso não pode nunca ser negligenciado no Brasil. E esperamos, realmente, que as promessas e as intenções – tanto do presidente da Petrobras, quanto do próprio presidente da República – tenham frutos”, disse Leal ao programa antessala, da agência epbr.

Na última década, as grandes encomendas de plataformas migraram para os estaleiros asiáticos. Dados do Sinaval mostram que, em 2014, a indústria naval brasileira somava cerca de R\$ 9,5 bilhões em projetos contratados. Em 2021, esse valor era de R\$ 570 milhões.

A crise do setor, desencadeada a partir de 2014, quando os estaleiros brasileiros entram na mira das investigações de corrupção da Lava Jato, refletiu-se na geração de empregos: desde o ápice de postos de trabalho, de 82 mil em dezembro de 2014, o país perdeu mais de 60 mil vagas. Em maio de 2022, eram cerca de 21 mil.

Frente parlamentar

Com o apoio do Sinaval, o deputado estreante na Câmara, Alexandre Lindenmeyer (PT/RS), recolhe assinaturas para criar a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira.

Uma das sugestões do parlamentar é usar justamente o “poder de compra estatal” para aumentar o fluxo de encomendas, principalmente da Petrobras, por meio de exigências de conteúdo local.

“Temos que trabalhar muito com o Congresso e com o Executivo de forma que possamos ter um arcabouço legislativo forte, retomando as atividades que tivemos no passado e que foram abandonadas de 2014 para cá”, afirmou Leal.

Ele defende uma política setorial que transcenda os governos de turno. “A construção naval não pode ficar à mercê de políticas que acontecem somente durante determinados governos ou durante a vigência daquele governo. Precisávamos de uma política nacional, que fosse uma política de Estado”.

A dependência da Petrobras

Na avaliação do especialista em logística de óleo e gás, Marcus D’Elia, da Leggio Consultoria, a dependência do setor naval da Petrobras é um “calcanhar de Aquiles”.

“Olhar para a Petrobras como o grande indutor da indústria naval sempre gera uma vulnerabilidade, principalmente se a empresa tiver uma estratégia diferente”, ressaltou D’Elia, em entrevista ao antessala epbr.

Ele lembrou justamente a situação financeira da Petrobras em 2014, que levou a companhia a enxugar seus investimentos.

“A indústria naval que estava apoiada na Petrobras ficou sem demanda”, diz. “É claro que a Petrobras é um grande contratante e com certeza pode participar também dessa indústria, mas focar nisso não seria prudente”, avalia o especialista.

Ele acredita que a indústria naval no Brasil ainda possui enorme potencial de crescimento. D’Elia cita que o desenvolvimento de novas fronteiras exploratórias, como a margem equatorial, pode demandar novas plataformas, navios de apoio offshore, bem como de embarcações para transporte e exportação de petróleo e derivados.

Petrobras defende política pública

O novo CEO da petroleira, Jean Paul Prates, disse, no início do mês, que a companhia buscará aumentar, em seus projetos, os índices de conteúdo local. Mas ponderou que a retomada do setor depende de um esforço coletivo.

“Não basta a Petrobras querer fazer isso [aumentar o conteúdo local]. Tem que haver condições para isso”, disse.

Prates destacou que falta competitividade aos estaleiros nacionais. Segundo ele, a Petrobras, hoje, “praticamente não tem opção” no mercado nacional.

“Quando há uma discrepância desse nível [de competitividade], precisamos de política pública, outro tipo de abordagem a esse problema. Mas vamos participar ativamente dessa abordagem”, comentou.

Prates citou, ainda, que outra possibilidade para a retomada do setor naval pode vir de oportunidades geradas pela transição energética — como, por exemplo, a demanda potencial por montagem de equipamentos para eólicas offshore.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 17/02/2023

GOVERNO CONFIRMA 12% DE BIODIESEL EM ABRIL E DEFINE CRONOGRAMA ATÉ 2026

Segundo ministro, impacto econômico do aumento para o mês que vem será de 2 centavos no preço do óleo diesel na bomba

Por Hanrikson de Andrade e Nayara Machado 17 de março de 2023 Em Biocombustíveis, Política energética



Primeira reunião do CNPE do governo Lula (PT) define cronograma de aumento da mistura de biodiesel (Foto: Tauan Alencar/MME)

BRASÍLIA — O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD/MG), anunciou nesta sexta que o percentual de mistura de biodiesel no diesel passará de 10% para 12% a partir do próximo mês. Ele também confirmou a nomeação de Efrain da Cruz para a secretaria-executiva da pasta e deu detalhes a respeito da MP do Gás, cujo texto está sendo preparado pela Casa Civil com o intuito de aumentar o escoamento de

gás destinado à indústria.

As novidades foram reveladas após a primeira reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O anúncio do aumento do percentual de biodiesel no diesel já era aguardado pelo setor, que teve o cronograma de evolução interrompido durante o governo Bolsonaro. Hoje, a mistura está em 10% (B10), mas pelo calendário original deveria estar em 15%.



A retomada do mandato será gradual, a fim de que, em um prazo de três anos, sejam alcançados os 15% (B15). A medida pretende reduzir emissões e amenizar a ociosidade do setor, hoje em cerca de 50%.

O governo estima que a produção nacional de biodiesel passará dos atuais 6,3 bilhões para mais de 10 bilhões de litros anuais, entre 2023 e 2026. Além disso, está prevista a redução da importação de 1 bilhão de litros de óleo diesel em 2023 e de 4 bilhões de litros em 2026.

O novo cronograma:

- B12 (12%) em abril de 2023;
- B13 (13%) em 2024;
- B14 (14%) em 2025;
- B15 (15%) em 2026.

Segundo Silveira, o impacto econômico do aumento para o mês que vem será de 2 centavos no preço do óleo diesel na bomba. O ministro destacou, por outro lado, que o CNPE pode realizar a qualquer momento uma reunião extraordinária a fim de “revisitar esses números”.

“Eu demorei 60 dias ouvindo técnicos, ouvindo todo mundo, para que a gente chegasse ao menor impacto econômico. Ou seja, que tivesse oferta de biocombustível para participar da composição do diesel com o menor impacto econômico”.

Além do aumento escalonado, o CNPE aprovou uma nova regra de mercado para que uma parte (podendo chegar até 20%) da matéria-prima do biodiesel seja comprada da agricultura familiar do semiárido, do Jequitinhonha mineiro e de pontos específicos do Norte e do Nordeste.

“Hoje, 86% do biodiesel é fruto da soja, de grandes produtores. Então, aprovamos também no conselho, por unanimidade, a questão do selo que é dado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e que comprova a origem da matéria-prima. Ele vai ter uma perspectiva de aumento obrigatório no semiárido brasileiro”.

Impacto de 2 centavos

Os cálculos apresentados por Silveira estão alinhados com os do setor produtivo.

Embora o biocombustível experimente uma trajetória de queda – depois de atingir R\$ 6,19/litro em dezembro do ano passado, iniciou fevereiro a R\$ 5,29/litro, segundo a ANP – seu impacto no custo do combustível mais usado no Brasil foi um dos argumentos dos transportadores para tentar frear o aumento de mistura.

Já governo e produtores de biodiesel avaliam que cada ponto percentual a mais de biodiesel tem um impacto de 1 centavo no preço final do diesel vendido nos postos brasileiros.

Hoje, os 10% de biodiesel no diesel de petróleo representam 53 centavos do valor total. Com um eventual aumento para 12% este ano, como quer o setor, esse valor iria para R\$ 0,63.

Descontando a parcela do diesel que será substituída, o impacto final seria de 2 centavos, usando como referência o preço do diesel S10, com menor teor de enxofre, que representa mais da metade do mercado.

Transição energética

Para os produtores de biodiesel, a decisão alinha o Brasil aos países desenvolvidos na transição de baixo carbono.

“São muitos os desafios futuros, mas estamos certos de que este é um caminho sem volta para um destino mais saudável, que representa ganhos para todos os brasileiros, para a economia verde e para

os empregos”, defende Francisco Turra, presidente do Conselho de Administração da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio).

Erasmus Carlos Battistella, presidente da BSBIOS, comemorou a decisão como um reconhecimento dos esforços de investimentos da indústria de biodiesel.

“Com o reforço dessa política de Estado, estamos no exato momento em que devemos reunir todos os atores sociais e econômicos, do campo ao motor, do resíduo que vira energia limpa, do transporte ao alimento, em torno desse desafio comum de ter um mundo sustentável para toda a sociedade”.

Além de duas usinas de biodiesel no sul do país, uma em Passo Fundo (RS) e outra em Marialva (PR), a BSBIOS conta com uma unidade de produção na Suíça e está construindo uma biorrefinaria no Paraguai, com previsão de produzir diesel verde e combustível sustentável de aviação (SAF, em inglês) a partir de 2025.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 17/02/2023

MINISTRO CONFIRMA EFRAIN DA CRUZ COMO SECRETÁRIO-EXECUTIVO DE MINAS E ENERGIA

Com a indicação, Alexandre Silveira conclui a montagem de seu secretariado na área de energia
Por Hanrikson de Andrade 17 de março de 2023 Em Petróleo e gás, Política energética, Setor elétrico



Efrain da Cruz, diretor da Aneel, defende térmicas como âncora de investimentos para o gás natural. Foto por Gilma Félix (Aneel)

BRASÍLIA — O ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Efrain da Cruz, será o secretário-executivo de Minas e Energia, confirmou nesta sexta-feira (17/3) o ministro Alexandre Silva (PSD/MG). A expectativa é que a nomeação seja publicada em edição extra do Diário Oficial da União ainda hoje.

A escolha encerra uma novela que se arrastava desde janeiro em torno da vaga mais importante do MME abaixo do ministro.

Um dos cotados inicialmente para o cargo, Bruno Eustáquio sofreu resistências do Palácio do Planalto. Ele foi secretário-executivo adjunto do MME e secretário-executivo do Ministério de Infraestrutura no governo de Jair Bolsonaro e foi taxado de “privatista” por quadros do PT, devido sua atuação na desestatização da Eletrobras.

Conforme antecipado pelo político epbr, serviço exclusivo de cobertura de política energética da epbr, Eustáquio vinha trabalhando informalmente dentro do MME, mesmo sem aval do Planalto.

Silveira negou atritos na sua relação com Lula, na escolha do secretário-executivo da pasta.

“Na verdade, eu sempre disse que teríamos alguns nomes sendo avaliados pelo Planalto. Houve uma grande especulação em torno dessa questão da composição do MME. Fato é que eu só tenho a agradecer ao presidente Lula, que em momento algum faltou a sua solidariedade e a sua compreensão de que o ministro de Minas e Energia tem uma grande responsabilidade com o Brasil”, disse, a jornalistas, após participar da primeira reunião do Conselho de Política Energética (CNPE) do novo governo Lula.

Apesar de protestos de sindicalistas contra a atuação de Eustáquio no MME, Silveira revelou que pretende mantê-lo em sua equipe, provavelmente no cargo de assessor. O mesmo deve ocorrer com Vitor Saback, atualmente diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).

Com a indicação de Efrain, Alexandre Silveira conclui a montagem do seu quadro de secretários na área de energia. O ministro já havia confirmado:

- *Pietro Mendes como secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;*
- *Thiago Barral como secretário de Planejamento e Transição Energética;*
- *e Gentil Nogueira como secretário de Energia Elétrica.*

O currículo de Efrain

Efrain é nome ligado aos senadores Marcos Rogério (PL/RO) e Davi Alcolumbre (União/AP).

Foi indicado por Silveira também para uma vaga no conselho de administração da Petrobras, embora sua trajetória profissional esteja mais ligada ao setor elétrico.

Ele é advogado, especialista em Direito da Energia, pós-graduado em Direito Público e mestrando em Direito e Desenvolvimento.

Seu currículo inclui experiências como diretor das Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e da Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre).

Foi também membro consultor-titular da Comissão Especial de Energia do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e presidente da Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa (Relop).

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 17/02/2023

DELTA ENERGIA MIRA GÁS BOLIVIANO EM NOVO BRAÇO DE COMERCIALIZAÇÃO

“Precisamos de criatividade, trazer inovações para nossos contratos”, afirma Alessandro di Domenico
Por André Ramalho 17 de março de 2023 Em Mercado de gás



Alessandro di Domenico, presidente da Delta Energia

RIO – O grupo Delta Energia começou a operar o seu braço de comercialização de gás natural – a Delta Comercializadora de Gás – e espera fechar seus primeiros contratos este ano.

A empresa mira tanto as chamadas públicas das distribuidoras como oportunidades no mercado livre.

A companhia é dona da termelétrica William Arjona (190 MW), no Mato Grosso do Sul, e tem contrato com a estatal boliviana YPFB, para importação de gás na modalidade interruptível. A comercializadora de gás do grupo tem acordo com os bolivianos até 2024.

A térmica foi inaugurada em 2021, no meio da crise energética, quando os preços da energia termelétrica dispararam, em razão da escassez nos reservatórios das grandes hidrelétricas.

Dez anos após obter autorização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para exercer a atividade de comercialização de gás, a, enfim, estruturou as operações para começar a rodar o negócio.

Gás boliviano e pequena escala

O presidente da Delta Geração, Alessandro di Domenico, acredita que haverá janelas para importação do gás boliviano este ano, em pequena escala.

A aposta da companhia está na oferta de produtos flexíveis, no mercado spot, com menos penalidades que os contratos tradicionais de take-or-pay (volume mínimo de gás que deve ser retirado, para não pagamento de penalidades). “Precisamos de criatividade, trazer inovações para nossos contratos”, disse.

A Delta obteve, nas últimas semanas, autorização para para importar gás natural da Argentina e Bolívia, além de operar na importação de gás natural liquefeito (GNL)

Mas ainda não tem contratos assegurados para importação da Argentina e de cargas de GNL no mercado global. A expectativa, portanto, é começar as operações com a importação da Bolívia.

Domenico cita o amadurecimento gradual do mercado brasileiro. NTS e TAG, por exemplo, estreiam este ano contratos diários para contratação de capacidade nos gasodutos.

O executivo está confiante na abertura do mercado brasileiro. “Estamos banhados de gás natural por todos os lados no Brasil”, disse di Domenico. “É um mercado que vai acontecer, sem dúvida”, completou.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 17/02/2023

PRODUTORES DOS EUA PLANEJAM DOBRAR OFERTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS PARA DESCARBONIZAR TRANSPORTE PESADO

Análise da Clean Fuels America Alliance revela que o país pode produzir 22,8 bilhões de litros de combustíveis renováveis anualmente até o final desta década

Por Millena Brasil 17 de março de 2023 Em Biocombustíveis, Internacional, Política energética



Brasil, Canadá, Estados Unidos, Indonésia e Índia representam 80% da expansão total de uso de biocombustíveis (Foto: Divulgação/UWGP)

BRASÍLIA – A Clean Fuels America Alliance (associação de produtores de biocombustíveis dos EUA) estima que a produção anual de biodiesel, diesel renovável (HVO) e combustível de aviação sustentável (SAF, na sigla em inglês) nos Estados Unidos pode alcançar 6 bilhões de galões – o equivalente a 22,8 bilhões de litros – até 2030.

A organização explica que os produtores de biocombustíveis estão buscando expandir a oferta para atender as demandas de mercados de difícil descarbonização nos EUA, como os veículos pesados e os transportes ferroviário, marítimo e aviação.

Somente em 2021, o país consumiu 3,1 bilhões de galões de combustíveis renováveis (biodiesel, HVO e SAF), conforme dados da consultoria LMC International.

Um fator que deve impulsionar a indústria é a Lei de Redução da Inflação (IRA) sancionada pelo presidente Joe Biden no ano passado, que prevê incentivos à produção de SAF. A meta é atender 100% da demanda de combustível de aviação doméstica com o biocombustível até 2050.

No curto prazo, o governo planeja ter 3 bilhões de galões de SAF com custo competitivo disponível para os operadores de aeronaves até 2030. Para isso, está trabalhando com toda a cadeia — desde produtores até companhias aéreas.



Até 2030, as companhias aéreas estadunidenses planejam substituir 10% do combustível convencional por SAF.

Por ser produzido junto com o diesel verde, a tendência é que ambos os combustíveis ganhem mercado nos próximos anos.

Atualmente, o HVO é o combustível que mais cresce na participação do mix de renováveis nos Estados Unidos. Os dados são do relatório sobre o mercado de energia nos EUA até 2050, da Administração de Informação de Energia (EIA).

A análise dos produtores também considerou o impacto nas cadeias de valores necessárias para a geração e distribuição dos combustíveis. O setor gerou US\$ 23,2 bilhões em atividades econômicas.

“Esse crescimento pode gerar empregos adicionais e aumentar as oportunidades econômicas para produtores, produtores de combustível e outros setores econômicos”, afirmou o CEO da Clean Fuels, Donnell Rehagen.

Geração de empregos

A pesquisa da Clean Fuels constatou que tanto a fabricação de HVO quanto a de biodiesel foram responsáveis por 75.200 empregos no ramo dos biocombustíveis nos EUA. O estudo se baseou em dados de 2021.

Quanto aos impactos econômicos, a organização revelou que cerca de 41% pode ser atribuído aos produtores de energia limpa, que respondem por 17.120 cargos no país.

No panorama agrícola, somente a produção e a colheita de matérias-primas totalizaram US\$ 7,41 bilhões em atividades econômicas, empregando 28.236 pessoas. Já as plantas de processamento de oleaginosas corresponderam a mais de 20% desse total, com 6.024 postos de trabalho em todo o país, e somando US\$ 4,97 bilhões ao setor econômico.

As oportunidades da cadeia de produção podem impulsionar, principalmente, o mercado de biodiesel nos Estados Unidos.

Consumo global

De acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês), o consumo global de biocombustíveis deve crescer cerca de 22% nos próximos quatro anos, sendo um terço dessa produção proveniente de resíduos. O percentual é equivalente a 35 bilhões de litros anuais até 2027.

Os EUA, assim como o Brasil, Canadá, Indonésia e a Índia representam 80% da expansão total de uso de energia limpa.

De 2021 para 2022, apenas o diesel renovável ou HVO (sigla em inglês para óleo vegetal hidrotratado) registrou aumento de 40% na demanda global.

Cenário brasileiro

Enquanto a tendência nos EUA é de crescimento, a falta de previsibilidade afeta as indústrias de biodiesel que, após a redução do mandato obrigatório do biocombustível para B10, passaram a apresentar mais de 50% de capacidade ociosa em suas usinas.

No Brasil, a geração de biodiesel sofreu baixa de 7% somente no ano passado, alcançando cerca de 6 bilhões de litros. Vale dizer que o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de biodiesel, atrás da Indonésia e dos EUA.

O aumento do teor da mistura, no entanto, é alvo de disputa entre o setor de biodiesel e os representantes de transportes.

Enquanto os produtores do biocombustível defendem a elevação do percentual do biodiesel no diesel para 15%, o setor de transportes alega que a mudança pode encarecer o frete, questionando também os impactos do produto nos motores e pedindo abertura do mercado para o HVO.

A decisão está na pauta da primeira reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) do novo governo marcada para esta sexta (17/3).

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 17/02/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO E BANCOS DISCUTEM SUSPENSÃO IMEDIATA DO TETO DE JUROS DO CONSIGNADO DO INSS

Entidades financeiras querem a criação de um novo grupo de trabalho, com representantes da Fazenda e do BC para discutir o assunto

Por Geralda Doca

Os bancos discutem com setores do governo a suspensão imediata da resolução do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), que limitou o teto dos juros do consignado para aposentados a 1,70% ao mês para retomar as operações de crédito aos beneficiários do INSS. Dessa forma, ficaria mantido o teto anterior de 2,14% ao mês.

A contraproposta prevê também a criação de um grupo de trabalho para discutir e apresentar solução em um prazo determinado. A ideia é ter uma taxa mais em conta e que seja suportada pelos bancos.

Além de representantes do Ministério do Trabalho e Previdência, o colegiado teria a participação de trabalhadores, aposentados, técnicos do Banco Central (BC), do Ministério da Fazenda e da Casa Civil.

A redução no teto dos juros foi patrocinada pelo ministro do Trabalho e Previdência, Carlos Lupi, sem aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da Casa Civil e a da equipe econômica. A medida foi aprovada pelo CNPS no início desta semana e publicada no Diário Oficial da União na quarta-feira.

Segundo estimativas do setor financeiro, os bancos passariam a ter prejuízo nas concessões com o novo teto de 1,70% ao mês, o que é proibido pelo BC. Descontando todos os custos envolvidos na operação, a rentabilidade seria negativa em 0,23%. O cálculo considera as taxas atuais, inclusive dos bancos públicos.

A carteira total do consignado para aposentados e pensionistas gira em torno de R\$ 250 bilhões. Por mês, o volume médio de novas concessões é R\$ 7 bilhões. Na segunda-feira, serão três dias de suspensão da linha, o que prejudica um dos segmentos mais carentes da população, pois o consignado é a taxa mais pare a que eles têm acesso.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/02/2023

HADDAD ENCONTRA LULA PARA DISCUTIR ARCABOUÇO FISCAL, MAS MANTÉM SIGILO SOBRE AS NOVAS REGRAS: 'ESTÁ NAS MÃOS DELE'

Detalhes da proposta, que busca substituir o atual teto de gastos, ainda serão divulgados

Por Manoel Ventura — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que Fazenda cumpriu o cronograma e que projeto do novo arcabouço fiscal foi entregue ao presidente Washington Costa/MF

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que irá apresentar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na tarde desta sexta-feira os cenários do projeto do novo arcabouço fiscal — proposta que busca substituir o atual teto de gastos como ferramenta de controle dos gastos públicos.

Haddad afirmou que a decisão de divulgar ou não o arcabouço fiscal nesta mesma data cabe ao presidente da República.

— Está na mão dele, a decisão é dele. A Fazenda cumpriu seu cronograma. Vamos entregar cenários e ele encaminha — disse Haddad, ao chegar ao ministério após reunião do Conselho Nacional de Política Energética.

A reunião da tarde desta sexta-feira terá a presença dos ministros da área econômica: Geraldo Alckmin (Indústria, também vice-presidente), Simone Tebet (Planejamento), e Esther Dweck (Gestão). O ministro da Casa Civil, Rui Costa, também participa.

A regra atual, do teto de gastos, impede desde 2017 que a maioria das despesas do governo cresça em um ritmo mais acelerado que a inflação do período.

Os detalhes da proposta são mantidos em sigilo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/02/2023

PREÇO DA GASOLINA CAI NOS POSTOS APÓS QUATRO SEMANAS DE ALTA, DIZ ANP

Valor médio no Brasil passou de R\$ 5,57 para R\$ 5,54, uma redução de 0,5%. Também houve queda no etanol e no diesel

Por Bruno Rosa



Aumento dos combustíveis. Postos de gasolina começam a aumentar os preços após a reoneração dos combustíveis: Na foto, o Posto BR da rua Frei Caneca, esquina com Rua Riachuelo, no Rio – Foto : Marcia Foletto/Agência O Globo

O preço da gasolina caiu nos postos, de acordo com pesquisa da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O preço médio no Brasil foi de R\$ 5,57, na semana passada, para R\$ 5,54, queda de 0,5%. Foi o primeiro recuo após quatro semanas seguida de alta aos consumidores.

Economia na bomba: Confira os dez carros com menor consumo de combustível, segundo o Inmetro Entenda: Com a volta dos impostos sobre combustíveis, etanol será mais vantajoso que a gasolina?

A reoneração parcial dos impostos federais anunciados pelo governo para a gasolina e etanol aumentou o preço aos consumidores em todo o Brasil ao longo deste mês.

Por isso, segundo a ANP, o preço médio da gasolina está no maior patamar desde a semana entre os dias 7 de agosto e 13 de agosto do ano passado, quando o valor do litro no país era de R\$ 5,50.

Nesta semana, o preço máximo do litro da gasolina encontrada no país, segundo a ANP, chegou a R\$ 7,19 por litro.

Entendimento: Haddad anuncia acordo de R\$ 26,9 bilhões para compensar perdas de estados com ICMS

O etanol, que também teve alta nos impostos federais no início deste mês, também ficou mais barato nesta semana. O preço médio do litro caiu de R\$ 3,96 para R\$ 3,94, em média, segundo a ANP.

O diesel, que não teve mudança na carga tributária, viu o preço médio passar de R\$ 5,91 para R\$ 5,90 entre a semana passada e atual.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/02/2023

BRASIL É O MAIOR DESTINO DE INVESTIMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA NA AMÉRICA LATINA, DIZ ESTUDO

Investimentos brasileiros também superam os latino-americanos no bloco europeu

Por Eliane Oliveira — Brasília



Fábrica da Stellantis em Hordain, no Norte da França
– Foto : SAMEER AL-DOUMY/AFP

Com 263 bilhões de euros aplicados no país, o Brasil é o maior destino de Investimento Estrangeiro Direto (IED) da União Europeia (UE) na América Latina e deverá superar a Rússia entre as nações emergentes que recebem recursos europeus, devido à guerra entre russos e ucranianos e ao acordo comercial entre o Mercosul e a UE. Essa avaliação faz parte de um estudo, divulgado nesta sexta-feira, denominado Mapa Bilateral de Investimentos Brasil-União Europeia.

O estudo foi elaborado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e contém dados até 2020, período anterior ao início do conflito no Leste Europeu. Porém, o levantamento destaca que o acordo comercial entre Mercosul e UE — cuja conclusão ainda está pendente — permitirá um aumento expressivo dos investimentos no Brasil.

“Esse acordo nos proporcionará uma estrutura de ação conjunta em relação aos desafios enfrentados por ambas as regiões: tornar nossas cadeias de valor mais verdes, enfrentar a mudança do clima, fortalecer a cooperação científica e de educação superior, promover o desenvolvimento digital, promover a democracia, o Estado de Direito, a paz e a segurança”, diz um trecho do estudo.

O levantamento também mostra que UE é a principal origem do IED no Brasil. O bloco foi responsável por 49,5% de todo o capital investido no país. Entre 2016 e 2020, houve 385 anúncios de investimentos de empresas europeias, que somaram US\$ 20 bilhões e ajudaram a criar mais de 55 mil empregos.

“Entre os grandes grupos europeus atuando no Brasil estão a Stellantis, controladora da Fiat Chrysler e da Peugeot, a Engie e a Telefonica”, afirma o estudo.

De acordo com o levantamento, há crescente interesse do capital europeu pelo potencial brasileiro na geração de energia verde: dos 133 projetos de infraestrutura que contaram com capital europeu entre 2000 e 2020, 50 eram de parques eólicos e 24 de usinas solares.

Investimentos do Brasil na União Europeia

O mapeamento também mostra que o Brasil foi a principal origem de IED para a União Europeia entre os países da América Latina, com 75,2 milhões de euros em 2020. Esse valor corresponde a mais de 50% dos investimentos da região no bloco europeu.

Hermanos: Argentina cobra do Brasil socorro para financiar exportações e usa China como exemplo. Os investidores brasileiros priorizam setores de alto valor agregado, como maquinário industrial, software e centros de pesquisa e desenvolvimento na UE. Entre os grandes grupos do Brasil que atuam na UE, destacam-se a WEG, a Stefanini e o Nubank.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/02/2023

ARTIGO: FAROESTE CABOCLO

Explode o número de empresas que canalizam recursos de investidores para compra de terras na Amazônia

Por Mario Monzoni, Especial Para O Prática ESG — São Paulo



Observatório do Clima tem a proteção das florestas como um dos carros-chefes de luta
— Foto: Marizilda Cruppe

O cenário era lindo: marzão na frente, boteco de praia, pé na areia, cerveja gelada e peixe frito. Intervalo de reunião anual da USAID (agência de cooperação do governo americano) em Salinópolis, Pará, início dos anos 2000. Amigos ongueiros conversando sobre mudanças climáticas e floresta.

A COP 6 tinha sido um banho de água fria nas pretensões de incluir florestas nativas no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Ao mesmo tempo, era consenso entre as organizações que representávamos que instrumentos de comando e controle não conseguiriam dar conta, sozinhos, de redução de desmatamento.

O uso de instrumentos econômicos se fazia necessário e remunerar florestas pelas suas contribuições ecossistêmicas de regulação do clima se tornava uma possibilidade real, por meio de créditos de carbono.

Dessa conversa nasce o Observatório do Clima, coalizão de organizações da sociedade civil que entenderam por bem que juntas, em rede, poderiam contribuir mais efetivamente no combate às mudanças climáticas, tendo a proteção de florestas um dos carros-chefes de luta. Em 2003, o Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) lançam, na COP 9, em Milão, proposta de inclusão de desmatamento evitado nas negociações de clima.

Muito à frente dos tempos, essa proposta é gênese do que, muito tempo depois, viria a se chamar REDD+, “um incentivo ... para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados de Redução de Emissões de gases de efeito estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação florestal, considerando o papel da conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal”.

Vovó já dizia que devemos ter cuidado com nossos sonhos, em especial sonhos sonhados juntos. O que parecia conquista de décadas de luta pela valorização de floresta em pé, pelo aumento do custo de oportunidade da atividade de desmatamento parece estar virando pesadelo.

No boom tsunâmico do ESG e das iniciativas de compensação de emissões, explode no Brasil o número de empresas que canalizam recursos de investidores para compra de terra na Amazônia para obtenção de créditos de carbono. O mercado voluntário de carbono no Brasil explode. A Faria Lima entra no jogo!

Não demora a vir notícias da ponta. Na espera de 20 anos por esse tal crédito de carbono, populações tradicionais e povos indígenas na Amazônia começam a relatar aproximações dessas empresas com certo estranhamento.

Direitos e processos parecem estar sendo atropelados em nome de metas de desempenho prometidas a investidores por alguns atores do mercado. Meios passam a ser fins em si mesmos e a nobreza do combate às mudanças climáticas é deixada de lado.

Um exemplo recente vem do município de Portel, no Pará, onde aproximadamente 28% do território local estão cobertos por contratos de crédito de carbono firmados entre empresas e comunitários. Esse dado foi divulgado na audiência pública realizada em janeiro deste ano pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).



Mario Monzoni é coordenador geral do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) — Foto: Divulgação

Na ocasião, foram compartilhadas diversas denúncias de irregularidades envolvendo esses projetos, o que motivou, poucos dias depois, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) a cancelar 219 inscrições de Cadastro Ambiental Rural (CAR) irregulares ligadas a projetos de carbono na cidade.

Dentre os problemas, elencam-se: ausência de consulta prévia e informada de comunidades envolvidas nos projetos, projetos sobrepostos a terras públicas sem devidas autorizações do poder público e assimetria de poder nas negociações entre empresas e comunidades.

Se a má prática não é generalizada – e é possível e provável que haja bons exemplos -, será difícil separar o seis de meia dúzia e a reputação desse mercado pode ser abalada. É necessário um freio de arrumação e promover a construção participativa de princípios, critérios e indicadores de desempenho, em especial aos processos de consulta e na garantia de direitos.

O risco eminente é jogarmos a água, o bebê e a banheira fora, depois de 20 anos de luta. Para o mercado, a solução é capacitar comunidades e indígenas em mudanças climáticas e mercado. Para outros, já passou a hora de a Faria Lima entender o que são comunidades, povos indígenas e Amazônia.

Este artigo reflete a opinião dos autores, e não do jornal O Globo. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Sobre o autor: Mario Monzoni é coordenador geral do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP).

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/02/2023

CONTATO DIRETO DE ÁREA DE SUSTENTABILIDADE COM CEO ACELERA AGENDA ESG

Estudo da consultoria Russell Reynolds mostra que maior influência sobre cargos do primeiro escalão nas empresas facilita a implementação das mudanças necessárias na organização

Por Naiara Bertão — São Paulo



Mariane Montana:
sustentabilidade deixou de ser apenas um braço estratégico e tornou-se essencial para o desenvolvimento e crescimento das organizações **Divulgação**

A consultoria em avaliação e desenvolvimento de lideranças e busca de altos executivos Russell Reynolds acaba de divulgar um estudo em que identifica que há

uma relação direta ao nível de envolvimento do presidente da organização, o CEO, com o avanço da mesma na agenda ESG (sigla em inglês para questões ambientais, sociais e de governança corporativa).

Segundo a pesquisa Líderes de Sustentabilidade RRA, apenas 20% dos Chief Sustainability Officer (CSOs ou líderes da área de Sustentabilidade) reportam seus planos diretamente aos CEOs.

Mas quem faz isso, consegue aumentar em 50% a qualidade e agilidade dos resultados sobre os executivos que tratam o tema com outras lideranças e gerências. A consultoria até chama esses profissionais de Sustentabilidade com canal direto com a alta liderança de “CSOs empoderados”.

- A Sustentabilidade deixou de ser apenas um braço estratégico e tornou-se essencial para o desenvolvimento e crescimento das organizações. O desafio para os CSOs é ocupar cada vez mais os pontos centrais das companhias, estreitando o relacionamento com o Conselho e áreas estratégicas e identificando riscos e oportunidades que outros líderes podem deixar passar - explica Mariane Montana, consultora da Russell Reynolds.

O que o levantamento aponta que o contato direto traz vantagens estratégicas como acesso a informações cruciais para tomada de decisões e até influência nas decisões e estratégias sustentáveis da empresa, direcionamentos mais assertivos e visão mais holística e transversal nas áreas da empresa. Isso tudo, diz o relatório, garante uma melhor gestão dos negócios e a superação das metas.

Além disso, outra vantagem é que os próprios CEOs podem se beneficiar de ter esses profissionais por perto.

- O CEO deve olhar para o CSO como seu parceiro na construção e implementação da estratégia de Sustentabilidade em toda a organização, envolvendo-o também com investidores e outras partes interessadas. Essa é uma maneira poderosa de acelerar os resultados do plano de ação e garantir que a mentalidade sustentável se torne uma verdadeira competência organizacional - complementa Mariane.

Desafios

Segundo o estudo, os principais desafios para desenvolvimento da pauta sustentável e alcance de metas são competição de prioridades, complexidade organizacional e falta de habilidades e experiências necessárias.

Segundo Mariane, os perfis de lideranças de Sustentabilidade possuem quatro pilares centrais: pensamento sistêmico de todo ecossistema no qual a empresa está inserida, visão de longo prazo, inclusão de diversos stakeholders na tomada de decisão e inovação e transformação de negócios.

- Além disso, esses líderes precisam ser naturalmente curiosos e possuir coragem para desafiar o status quo e resiliência para manter o rumo dos negócios diante de contratemplos, sejam eles internos ou externos. Isso facilita na identificação de novas soluções que equilibram rentabilidade e sustentabilidade - completa.



Contratação

Embora o alinhamento com o CEO seja um importante aspecto para o desempenho do CSO, a Russell Reynolds destaca que é preciso, porém, escolher o profissional mais preparado. E isso não quer dizer apenas tecnicamente preparado, mas que tenha soft skills para se relacionar e influenciar outras pessoas.

A consultoria ressalta ainda a necessidade de se investir no desenvolvimento da próxima geração de líderes. De acordo com a pesquisa, antes de assumir a diretoria de Sustentabilidade, 68% dos CSOs já ocupavam uma posição de liderança relacionada à agenda e 55% possuíam mais de três anos de experiência na área.

Isso é importante porque já chegam às empresas com uma visão abrangente sobre os desafios e possíveis soluções da agenda ESG, que vão desde direitos humanos, redução da desigualdade econômica, desigualdade de gênero e racial, até a redução ou reversão dos efeitos da poluição e do desmatamento.

Outra habilidade é a do diálogo com outras áreas para mostrar a transversalidade da temática e construir programas conjuntos, além de promover a “mentalidade sustentável”, na organização.

Em 2022, a Russell Reynolds registrou aumento de 53% na demanda por executivos especializados em Sustentabilidade, em relação ao ano anterior. Além de cargos específicos, como CSO e membros de Comitês de ESG, a “mentalidade sustentável” passa a ser requisito básico em todo o C-Level, diz.

Ou seja, apesar de alguns profissionais serem especializados em trazer um olhar sustentável para todas as áreas da organização, a consultoria acredita ser importante que os demais líderes entendam sobre o tema, “observando o potencial do valor agregado”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/02/2023

PETROBRAS DIZ QUE NÃO VÊ FUNDAMENTOS PARA SUSPENDER VENDA DE ATIVOS COM CONTRATOS JÁ ASSINADOS

No início deste mês, a estatal recebeu pedido do Ministério de Minas e Energia para paralisar o processo de venda de todos os ativos por 90 dias.

Por Bruno Rosa — Rio

A Petrobras informou na manhã desta sexta-feira que sua diretoria executiva verificou que, após estudos preliminares, não vê motivos para suspender a venda de ativos com contratos já assinados.

Em nota, a estatal diz que não verificou “fundamentos pelos quais os projetos em que já houve contratos assinados (signing) devam ser suspensos”. A análise da diretoria foi enviada ao Conselho de Administração.

O Conselho de administração deve analisar o parecer da diretoria em sua próxima reunião, marcada para o dia 29 de março.

“Os processos em que não houve contratos assinados seguirão em análise”, informa a estatal.

No início deste mês, a estatal informou que recebeu parecer do Ministério de Minas e Energia solicitando a suspensão do processo de venda de todos os ativos por 90 dias.

A medida pegou de surpresa parte do mercado, gerando críticas de empresas que estavam com o processo de compra de ativos em fase avançada, como 3R, Seacrest, BW e Petroreconcavo. Na lista há ativos como campos de petróleo em terra, em mar e refinarias.

Segundo as empresas privadas, a Petrobras vem adiando as reuniões que já tinham sido marcadas para acertar os detalhes finais de aquisições.

Do outro lado, as petroleiras comemoram o entendimento da estatal. A 3R disse que a Petrobras “ratificou a continuidade do processo de transição do Polo Potiguar (no Rio Grande do Norte)”.

A Secret afirmou que recebeu comunicado da estatal para reiniciar os encontros de transição por conta da compra do polo Norte Capixaba, no Espírito Santo.

Os dois polos são considerados essenciais para o desenvolvimento regional, pois contam com infraestrutura associada como dutos e até uma refinaria (caso do Rio Grande do Norte).

No fim de semana, o presidente da estatal, Jean Paul Prates, disse em rede social que a estatal não vai sair da Bahia. No estado, a empresa estava em processo de venda do Polo Bahia Terra para a PetroReconcavo.

Na edição de segunda-feira O GLOBO mostrou que a suspensão do processo de venda de ativos da Petrobras coloca em risco parte dos R\$40 bilhões de investimentos projetados nos próximos anos pelas empresas independentes, as junior oils.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 17/02/2023

FRANÇA DIZ QUE NAVEGAÇÃO DE CARGA É UMA DAS PRIORIDADES DO GOVERNO, MAS VAI REVER 'BR DO MAR'

Especialistas destacam a necessidade de regulamentar regras para navios de cabotagem para estimular investimentos

Por Bruno Rosa — Rio



O ministro Márcio França: 'Setor portuário será uma prioridade na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva' — Foto: Domingos Peixoto

O setor de cabotagem se reuniu quinta-feira, no Rio, para debater os desafios e as perspectivas de crescimento do segmento de navegação com o novo governo. Sob o tema “O crescimento da economia e a importância da cabotagem na matriz de transporte brasileira: perspectivas e desafios”, o evento contou com a participação do Ministro de Portos e

Aeroportos, Márcio França.

Na abertura, o ministro disse que o setor portuário será uma prioridade na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva:

— O novo governo vai priorizar esforços em áreas como a de portos e aeroportos. Um indicador disso é a criação de uma pasta para tratar desses temas, já que, antes, tudo estava dentro de uma mesma pasta, e o setor rodoviário acabava recebendo mais atenção.

Sensacionalista: Governo quer lançar passagem aérea a R\$ 200 e ricos já cogitam viajar de ônibus
O evento foi realizado pela Editora Globo, com patrocínio da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac), que está comemorando 50 anos.

França afirmou que o novo governo vai rever algumas políticas da gestão passada, como a BR do Mar, que flexibiliza o afretamento de embarcações estrangeiras para serem usadas no transporte de cargas na cabotagem brasileira.



— Vamos tentar, da maneira que entendemos ser a correta, aperfeiçoar as legislações que foram aprovadas, em especial a BR do Mar. A gente reconhece que há avanços importantes, mas também há imperfeições que podem ser corrigidas.

Crescimento de 3%

Luis Fernando Resano, diretor-executivo da Abac, que participou de um dos painéis do evento, reforçou que o novo governo precisa definir as regras para a BR do Mar, que precisa de regulamentação. Para ele, isso é crucial para que as empresas possam investir.

Fabrizio Pierdomênico, secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, lembrou que há uma preocupação do governo em regulamentar a BR do Mar.

— A BR do Mar tem como objetivo trazer navios estrangeiros para a cabotagem. Mas é importante que sejam criados empregos no Brasil — exemplificou Resano.

Segundo ele, no ano passado, o setor de cabotagem, sem a participação do setor de óleo e gás, cresceu 3%:

— O governo precisa trabalhar em uma política pública e acreditar nesse modal. As empresas estão prontas para investir.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/02/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

DESEMPREGO VOLTA A SUBIR NO PAÍS APÓS DEZ QUEDAS SEGUIDAS

Taxa de desocupação no Brasil ficou em 8,4% no trimestre encerrado em janeiro; em dezembro, estava em 7,9%

Por Daniela Amorim

RIO - A taxa de desemprego voltou a subir no País após dez recuos consecutivos: foi de 7,9% no trimestre encerrado em dezembro de 2022 para 8,4% no trimestre terminado em janeiro deste ano, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados nesta sexta-feira, 17, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“A pesquisa confirma a tendência de piora que esperávamos na desocupação e mostra os efeitos da desaceleração da economia no emprego”, avaliou Claudia Moreno, economista do C6 Bank, em comentário.

Apesar da elevação, a taxa de desemprego no trimestre encerrado em janeiro de 2023 foi a mais baixa para esse período do ano desde 2015, quando estava em 6,9%. O resultado teria sido maior, não fosse a migração de trabalhadores que perderam o emprego para a inatividade.

“Se as pessoas que perderam sua ocupação agora tivessem se voltado para a busca do trabalho isso poderia ter levado a um aumento da taxa”, ressaltou Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento no IBGE. “Mas é importante lembrar que o processo de busca por trabalho no mês de janeiro não costuma ser dos mais intensos. É mês de férias. Empresas têm paradas técnicas, ou férias”, completou.

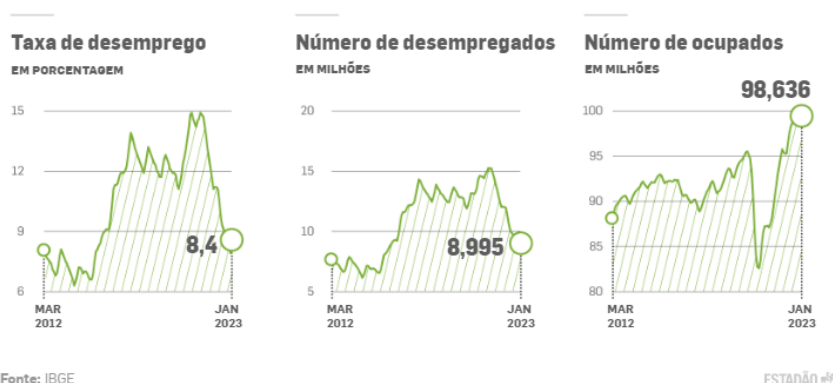
O País registrou uma extinção de 1,025 milhão de vagas no mercado de trabalho em relação ao trimestre encerrado em outubro de 2022. A população ocupada somou 98,636 milhões de pessoas no trimestre encerrado em janeiro de 2023.

Segundo Adriana Beringuy, já era possível notar perda de força na geração de vagas ao fim de 2022, período do ano tradicionalmente favorável ao mercado de trabalho. A queda na ocupação em janeiro consolida essa tendência de perda de fôlego da ocupação, disse ela.

“É cedo para traçar cenário excessivo de desaceleração (do mercado de trabalho)”, avaliou Beringuy, acrescentando que os dados estão refletindo a virada do ano, “um momento de transição, onde fatores sazonais exercem influência importante nos indicadores”.

Desemprego no Brasil

Por trimestre móvel, em relação aos três meses imediatamente anteriores



Sete das dez atividades econômicas enxugaram o número de trabalhadores em um trimestre, mas Beringuy lembra que pode ser um movimento sazonal de dispensa de contratos temporários, não sendo possível apontar ainda se há de fato um enfraquecimento do mercado de trabalho. Ela acrescenta que algumas dessas retrações na ocupação entre as atividades não foram estatisticamente significativas, por estarem dentro da margem de erro da pesquisa amostral. Além disso, o rendimento médio está aumentando.

“Eu não sei até que ponto o que está prevalecendo é um comportamento sazonal ou uma perda de força”, ponderou Beringuy. “Não existem fatores de um apontamento que revelem uma mudança tão efetiva no mercado de trabalho.”

A população desocupada diminuiu em 27 mil pessoas em um trimestre, totalizando 8,995 milhões de desempregados no trimestre até janeiro. A população inativa somou 66,341 milhões de pessoas no trimestre encerrado em janeiro, 1,438 milhão a mais que no trimestre anterior.

“Embora esse trimestre registre uma perda de ocupação, a menor pressão exercida no mercado de trabalho ainda mantém essa taxa no campo da estabilidade”, lembrou Beringuy.

O nível da ocupação - percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar – permaneceu saiu de em 57,4% no trimestre até outubro de 2022 para 56,7% no trimestre até janeiro de 2023. No trimestre terminado em janeiro de 2022, o nível da ocupação era de 55,3%.

O IBGE informou ainda que o Brasil tinha 63,739 milhões de ocupados contribuindo para a Previdência, terceiro maior contingente da série histórica. No entanto, a proporção de ocupados que contribuem para a Previdência foi de apenas 64,6% no trimestre até janeiro de 2023, montante que já ultrapassou os 66% em anos anteriores.

Perspectivas

Para o economista Lucas Saqueto, da GO Associados, o aumento da taxa de desemprego reforça a percepção de que 2023 será pior para o mercado de trabalho, fruto de uma conjuntura macroeconômica mais desafiadora, especialmente para a atividade econômica. Para o economista, as leituras da Pnad ao longo de 2023 devem acompanhar o desempenho enfraquecido da economia brasileira ao longo deste ano. A GO espera crescimento de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023, após 2,9% no ano passado.



“Com perspectivas mais pessimistas para a economia, vamos ter um crescimento menos intenso para o mercado de trabalho, que deve apresentar mais dificuldades ao longo deste ano”, afirma Saqueto. Segundo o economista, o setor de serviços não deve apresentar o mesmo protagonismo que teve no ano passado para a geração de vagas e redução da população desocupada.

Um possível substituto pode ser a construção civil, impulsionada por ações do governo federal, mas Saqueto avalia que ainda restam incertezas para que o setor puxe a criação de empregos no País este ano. “As grandes obras de infraestrutura ainda estão incertas por alguns fatores: no começo do ano, o governo mudou um pouco a dinâmica de regulação no saneamento, o que gerou incertezas, e está com bastante resistência quanto aos processos de privatização. Isso inibe o investimento em infraestrutura. Do outro lado, se o governo conseguir emplacar um Minha Casa, Minha Vida que funcione, podemos ver um caminho para a construção civil”, diz.

Alta na renda

A massa de salários em circulação na economia aumentou em R\$ 29,156 bilhões no período de um ano, para R\$ 275,134 bilhões, uma alta de 11,9% no trimestre encerrado em janeiro de 2023 ante o trimestre terminado em janeiro de 2022. Na comparação com o trimestre terminado em outubro de 2022, a massa de renda real subiu 0,8% no trimestre terminado em janeiro, com R\$ 2,156 bilhões a mais.

“Por mais que eu tenha perdido um pouco da população ocupada, as pessoas que permaneceram na ocupação estão ganhando mais”, explicou Adriana Beringuy, do IBGE.

Embora a expansão na massa de renda em um trimestre não tenha sido estatisticamente significativa, por ter ficado dentro da margem de erro da pesquisa, Beringuy lembra que, na comparação anual, “a massa cresce sucessivamente, seja por conta da expansão da ocupação como dos rendimentos”.

O rendimento médio dos trabalhadores ocupados teve uma elevação real (ou seja, já descontada a inflação do período) de 1,6% na comparação com o trimestre até outubro de 2022, R\$ 46 a mais, para R\$ 2.835. Em relação ao trimestre encerrado em janeiro de 2022, a renda média real de todos os trabalhadores ocupados subiu 7,7%, R\$ 202 a mais.

O crescimento do rendimento médio real está relacionado à trégua da inflação registrada nos últimos meses, que proporciona ganhos reais, mas também à melhora na composição da ocupação, com manutenção de vagas com carteira assinada no setor privado e uma dispensa de trabalhadores temporários com menores remunerações no setor público, o que tende a elevar o rendimento médio, apontou Beringuy.

“Além da questão da inflação, tem a manutenção de carteira de trabalho, são trabalhadores mais bem remunerados”, lembrou Beringuy. “A própria queda na ocupação dentro da administração pública, seguridade, educação e saúde é uma perda mais daqueles trabalhadores temporários, que são os rendimentos menores”, explicou./Colaborou Italo Bertão Filho

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/02/2023

BNDES: DESEMBOLSO PARA BENS DE CAPITAL SALTA 45% EM 2022, MAS AINDA É INSUFICIENTE, DIZ SETOR

Entidade que representa fabricantes de máquinas e equipamentos defende proposta de ajuste no juros do banco e apoia expansão indicada por Mercadante

Por Vinicius Neder

RIO - Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento de investimentos em bens de capital, na linha Finame (de máquina e equipamentos), saltaram 44,7% em 2022 ante 2021, em termos nominais, sem descontar a inflação. O valor de R\$

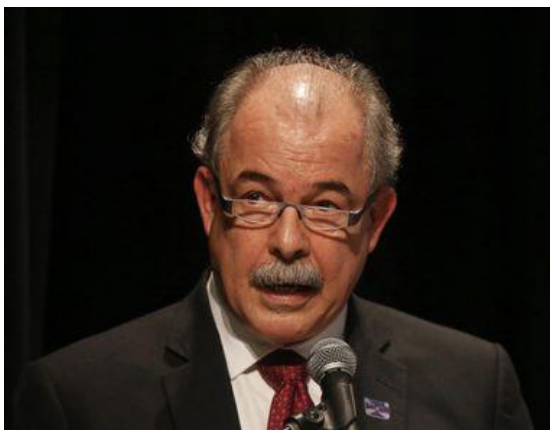
27,796 bilhões é o maior valor desde 2015, quando os desembolsos foram de R\$ 32,610 bilhões, também em valores da época.

Para a Abimaq, entidade que representa os fabricantes de máquinas e equipamentos, a recuperação ainda parcial no crédito para esses investimentos demonstraria a urgência em se fazer mudanças nos juros do BNDES, como proposto pela diretoria liderada por Aloizio Mercadante. Segundo José Velloso, presidente da Abimaq, a economia brasileira tem uma “doença” de custo de crédito, que inibe os investimentos, especialmente das empresas pequenas.

“Hoje, no Brasil, 89% dos investimentos são feitos por empresas do lucro real. Quer dizer, quem está no lucro presumido, que é o pequeno (empresário), não investe. Vamos ficar discutindo se vamos aumentar o BNDES ou não? Temos uma doença. O Brasil está doente”, afirmou Velloso, lembrando que a participação dos desembolsos do BNDES no Produto Interno Bruto (PIB) está em 1%, abaixo da média histórica.

No agregado, incluindo a Finame, o BNDES liberou R\$ 97,5 bilhões para financiamentos em 2022, um salto de 40,1% ante 2021, aqui já descontada a inflação. O lucro líquido atingiu o valor recorde de R\$ 41,7 bilhões.

Mesmo assim, Mercadante e seus diretores aproveitaram a apresentação dos números, na terça-feira, 14, para mostrar o encolhimento histórico da instituição de fomento. A nova gestão colocou como objetivo, até o fim do governo, em 2026, expandir os desembolsos para o dobro, 2% do PIB, o equivalente aproximado a R\$ 200 bilhões atualmente.



Mercadante, presidente do BNDES, trabalha com a meta de expandir o crédito do BNDES para 2% do PIB até 2026 Foto: Pedro Kirilos/Estadão

“O projeto é voltar ao patamar histórico de depois do Plano Real”, afirmou Mercadante, na terça-feira, 14, completando que, sem essa volta, o BNDES verá seus resultados encolherem e perderá sua capacidade de cumprir a função de “induzir o desenvolvimento”.

Quando se olha os desembolsos em empréstimos da Finame desagregados por tipo de bem de capital, o cenário é pior para as máquinas e equipamentos. No ano passado, por exemplo, o crédito liberado para bens de capital de transportes, como caminhões e ônibus, somou R\$ 14,731 bilhões, salto de 84% ante 2021, sem descontar a inflação. Para máquinas, o avanço foi de 39%, para R\$ 4,347 bilhões. É o maior valor desde 2017, mas os desembolsos de 2015 foram três vezes maiores, com R\$ 12,146 bilhões, isso sem corrigir os valores pela inflação.

Programa de Sustentação de Investimentos

No caso da Finame, houve uma quebra em 2015 nos desembolsos porque o Programa de Sustentação de Investimentos (PSI) foi encerrado naquele ano. Lançado na virada de 2008 para 2009, com o objetivo de manter um ciclo de investimentos que vinha desde o início daquela década, mas que poderia ser interrompido pela crise financeira global, o PSI seria prorrogado repetidamente, até 2015. Boa parte de seus recursos foram canalizados para a Finame. Com ele, a linha para bens de capital atingiu seu auge entre 2010 e 2014, quando chegou a desembolsar R\$ 70 bilhões em um ano, em valores da época.

Se o fim do PSI acabou com os juros extremamente baixos, negativos em termos reais – ou seja, menores do que a inflação projetada –, a introdução da Taxa de Longo Prazo (TLP), a partir de janeiro de 2018, aproximou os empréstimos do BNDES dos custos cobrados pelos bancos em geral. A TLP balizou os empréstimos do BNDES às taxas de mercado dos títulos públicos. Com a mudança, proposta no fim de 2016, durante o governo Michel Temer (MDB), o crédito do banco diminuiu também porque houve menor demanda das empresas.



Reforma dos juros do BNDES que criou a TLP foi feita no governo Temer Foto: Fabio Motta/Estadão - 27/9/2018

A Abimaq se opôs à TLP desde o início. Segundo Velloso, é verdade que as empresas passaram a se financiar com fontes privadas, lançando títulos de dívida no mercado financeiro ou tomando empréstimos com bancos comerciais. O cenário ficou favorável, especialmente, quando a taxa básica de juros (a Selic, hoje em 13,75%) testou seus níveis mínimos na história, entre a virada de 2017 para 2018 e o primeiro trimestre

de 2021. Só que, mesmo nesse cenário, disse Velloso, as fontes privadas de financiamento só estiveram realmente acessíveis para as grandes empresas.

“Eles (a equipe do governo Temer) tiraram o BNDES do mercado, mas não colocaram nada no lugar. O que eles diziam era que tirava potência da política monetária e que aí, jogando isso para o mercado livre, o Bradesco, o Santander, o Itaú, o Safra iam financiar investimentos. Isso não aconteceu”, afirmou Velloso, reconhecendo que, no período em que “a Selic caiu a 2%”, o “mercado entrou”.

Como a operação da Finame é indireta, ou seja, as empresas fecham os empréstimos com seus bancos, que repassam os recursos do BNDES, o juro final inclui elevado spread – como o mercado chama a diferença entre o custo de captação dos bancos e a taxa final cobrada dos clientes. Levantamento da Abimaq mostra que, na época em que “a Selic caiu a 2%”, os juros finais cobrados na Finame atingiram as mínimas históricas, 8% ao ano, entre agosto e setembro de 2020.

A maré mansa virou antes mesmo do ciclo de elevação da Selic, em março de 2021, mas foi turbinado por ele. Em junho do ano passado, o juro final da Finame estava em 22% ao ano, conforme a Abimaq, caiu para 18% ao ano em setembro, mas voltou a subir. “Hoje, voltou para 22%. Por quê? A taxa é muito volátil. Tem esse problema também, a taxa é muito volátil e estamos falando de investimentos de longo prazo”, afirmou Velloso, fazendo coro às críticas da atual diretoria do BNDES ao excesso de volatilidade na TLP.

Políticas fiscal e monetária

Ao defenderem as mudanças introduzidas pela TLP em 2018, a diretoria do BNDES, então liderada por Maria Sílvia Bastos Marques, e a equipe econômica do então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, argumentaram que, ao emprestar a juros significativamente mais baixos do que os dos bancos comerciais em geral, a instituição de fomento trazia efeitos negativos sobre as políticas fiscal e monetária, além de prejudicar a produtividade.



Para a diretoria do BNDES comandada por Maria Sílvia Bastos Marques, juros subsidiados tinham efeitos negativos sobre políticas fiscal e monetária, além de atrapalhar a produtividade Foto: Marcos Arcoverde/Estadão - 15/9/2016

No caso da política fiscal, os empréstimos com juros abaixo do mercado embutem subsídios implícitos, ou creditícios. Esses subsídios não entram como gasto público no Orçamento, com impacto no resultado primário, mas elevam as despesas com juros da dívida. Conforme boletim bimestral do Tesouro Nacional sobre

esses custos fiscais, apenas em 2022, o subsídio implícito nos financiamentos do BNDES que foram firmados antes de 2018 e, portanto, ainda usam juros mais baixos, ficou em R\$ 3,512 bilhões. No



acumulado desde 2008, quando a expansão do BNDES começou, com aportes bilionários do Tesouro, o valor monta a R\$ 229,385 bilhões.

No caso da política monetária, o excesso de crédito direcionado pode reduzir a potência das variações da Selic, para esfriar a economia quando a inflação está elevada ou para estimular a demanda quando os preços estão comportados. Isso ocorre por causa do que alguns economistas chamam de “meia entrada” no mercado de crédito.

O problema não ocorre apenas por causa do BNDES, mas também devido às demais modalidades de crédito direcionado, como partes do imobiliário e do rural. Essas modalidades são reguladas, com juros diferenciados, que, portanto, não respondem aos movimentos de mercado, que reagem à taxa básica de juros definida pelo BC. Dessa forma, famílias e empresas que tomam essas modalidades de crédito ficariam “protegidas” dos ciclos de aperto ou afrouxamento dos juros, com o objetivo de conter a inflação.

À primeira vista, isso pode parecer positivo, mas é aí que entra a analogia com a “meia entrada”. Para compensar os juros mais baixos que são obrigados a cobrar nas linhas direcionadas, os bancos comerciais tendem a cobrar taxas mais elevadas no crédito livre, para os clientes em geral. Da mesma forma, como parte das empresas fica protegida das oscilações da taxa Selic, o nível de juros básicos necessário para segurar a demanda agregada é maior do que seria se houvesse menos crédito direcionado.

Protecionismo

Também há críticas à proteção que o crédito da Finame cria à produção nacional. Alguns especialistas defendem políticas industriais transversais, que ataquem elevados custos de insumos como matérias-primas e bens de capital, independentemente de mudanças nos juros do BNDES. Em entrevista ao Estadão em fevereiro, Rafael Cagnin, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), defendeu incentivos, incluindo com linha de crédito, para modernização de maquinário na indústria, desde que os equipamentos estejam na “fronteira tecnológica”, o que poderia, eventualmente, requerer a possibilidade de importar.

Em documento com 62 propostas para elevar a produtividade, lançado ano passado, a Federação das Indústrias do Rio (Firjan) defende uma atuação do BNDES para reduzir os juros finais cobrados das empresas, em vez de ajustar a TLP. Entre as sugestões, estão reforçar a atuação via fundos de garantia – como fez com o Peac, principal ação do banco de fomento para mitigar a crise econômica causada pela covid-19, em 2020 – e dividir os riscos nas operações indiretas com os bancos comerciais, o que poderia reduzir os spreads cobrados na Finame, por exemplo.

Um dos capítulos de um livro sobre políticas públicas que deram errado – lançado no ano passado pelo economista Marcos Mendes, professor do Insper que integrou a equipe econômica do governo Temer – se dedica ao PSI, principal motor da expansão do BNDES nos governos anteriores do PT.

“O PSI-Finame levou ao aumento de vendas e investimentos; porém, na evidência trazida pelo estudo disponível com microdados (...), sem efeitos (ou com efeito negativo) sobre a produtividade”, diz o texto, que tem o economista Vinicius Carrasco, ex-diretor do BNDES que liderou a criação da TLP no governo Temer, como um dos coautores. Na avaliação, sem elevar a produtividade, o PSI pode ter tido uma má relação entre custos e benefícios, já que o programa teve um custo fiscal de R\$ 285 bilhões, em valores atualizados até 2021.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/02/2023

PETROBRAS: COMITÊ REJEITA NOMES DE DOIS INDICADOS DO GOVERNO PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Indicações de Pietro Mendes e Sergio Rezende já tinham ressalvas; caráter da decisão é consultivo e será julgada pelo conselho da empresa

Por Gabriel Vasconcelos e Denise Luna

RIO - O Comitê de Pessoas (Cope) da Petrobras rejeitou os nomes de Pietro Mendes e Sergio Rezende, respectivamente indicados pelo governo para presidir e integrar o conselho de administração (CA) da estatal, apurou o Estadão/Broadcast, que antecipou que as duas indicações já contavam com ressalvas assinaladas pela governança interna da Petrobras, nos pareceres que subsidiam o comitê, e constituem a primeira etapa de aprovação dos nomes.

Uma fonte assinala, no entanto, que o parecer do Cope tem caráter apenas consultivo e pode ou não ser seguido pelo CA atual e, depois, pelos acionistas em assembleia. Nomes reprovados a essa altura do processo terminaram empossados sob o governo Jair Bolsonaro (PL), por exemplo.

O Cope ainda não terminou de analisar todas as indicações da União ao conselho da Petrobras, que somam uma lista titular de oito nomes e outros três enviados em caráter “suplementar”, na última quarta-feira, 15. Esses nomes podem ganhar titularidade na indicação caso outras indicações encontrem problemas, informou a Petrobras em fato relevante sobre a intenção do MME.

Ressalvas

No caso de Pietro Mendes, servidor de carreira da Agência Nacional do Petróleo (ANP), pesa o fato de ele ser o atual secretário de Petróleo e Gás do MME. A atuação simultânea na pasta e na administração da Petrobras, empresa de capital misto, configura conflito de interesses.

Embora Mendes tenha a experiência exigida pelo cargo, a indicação viola a Lei das Estatais que, reproduzida no Estatuto da Petrobras, veda a participação no CA de quem tem cargo “de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública”.

Já em relação ao ex-ministro de Ciência e Tecnologia e professor de física Sergio Rezende, o obstáculo seria a sua atuação partidária. Quadro histórico do PSB, ele é apontado como liderança partidária, outra posição proibida para pleiteantes a uma cadeira no CA da Petrobras. Nesses casos, a Lei das Estatais exige uma quarentena de três anos, antes do ingresso em uma empresa desse tipo.

Na quinta-feira, 16, no entanto, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), acatou pedido do PCdoB e suspendeu a necessidade dessa quarentena para a indicação de políticos às estatais. A decisão foi tomada em caráter liminar após a paralisação do julgamento na semana passada. Os efeitos da medida sobre a dinâmica de indicações na Petrobras ainda não são claros, porque o estatuto da empresa replica o texto original da lei, de 2016.



Jean Paul Prates, que já teve seu nome aprovado pela governança interna da Petrobras para assumir a presidência da estatal Foto: Pilar Olivares/Reuters

Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, indicações análogas, do procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano, e do então secretário especial da Casa Civil, Jonathas Assunção, foram reprovadas nas três primeiras instâncias do processo (governança interna, Cope e CA), e acabaram

aprovadas “na marra”, durante assembleia de acionistas, foro em que o governo tem a maioria de votos por representar a União, controladora da empresa.

Análise do Cope

O Cope é uma fração do atual conselho, formada por quatro conselheiros e um membro externo. Nesta avaliação, especificamente, estão implicados os conselheiros Iêda Cagni, que preside o Cope, e Gileno Gurjão, presidente do CA, além da advogada e membro externa Ana Sílvia Corso Matte. Pietro Mendes e Sergio Rezende foram os dois primeiros dos 11 nomes enviados à Petrobras pelo Ministério de Minas e Energia (MME) que tiveram currículo e documentação avaliados pelo Cope, em reunião realizada na quinta-feira.

Restariam, portanto, nove nomes a serem analisados. Segundo fontes, só três contariam com o sinal verde da governança interna até o momento: a professora da Coppe/UFRJ, Suzana Kahn, o diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Vitor Saback, e o próprio Jean Paul Prates, que já foi avaliado para assumir a presidência.

Além de Mendes e Rezende, o economista Bruno Moretti também contaria com ressalvas feitas pela área técnica da Petrobras, uma vez que atualmente ocupa a posição de secretário especial de Análise Governamental da Presidência da República. Os outros cinco nomes ainda não tiveram documentação completa enviada à empresa, o que inclui Eugênio Teixeira e Efrain Cruz, além dos três nomes enviados de última hora pelo MME à Petrobras, na quarta-feira.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/02/2023

EDP ANUNCIA INVESTIMENTOS DE R\$ 30 BILHÕES NO BRASIL NOS PRÓXIMOS CINCO ANOS

Foco deve se concentrar em energia renovável e redes de transmissão e distribuição

Por Marlla Sabino

O presidente da EDP Energias do Brasil, João Marques da Cruz, anunciou nesta sexta-feira, 17, que a empresa irá investir R\$ 30 bilhões no Brasil nos próximos cinco anos, até 2027. Os desembolsos, segundo ele, devem se concentrar em energias renováveis e redes de transmissão e distribuição.

“Quero somente que se recordem que estamos aqui e queremos investir, nos próximos cinco anos, R\$ 30 bilhões, em geração renovável e redes, seja transmissão ou distribuição”, disse durante participação em evento promovido pela Apex Brasil, em Brasília.

A empresa tem 3.100 quilômetros de linhas de transmissão no País, além de distribuidoras e um estoque de projetos de geração próximo a 6 gigawatts (GW). Segundo o presidente, alguns fatores fazem com que o grupo tenha ativos no País. Um deles seria o fato de o Brasil ter uma “regulação estável” e “sofisticada”.

“Isso é um grande ativo do País e acredito, confio e espero que não seja destruído”, disse. “A pior coisa que um investidor gosta de ouvir é que mudaram as regras do jogo, porque nossos investimentos não têm rodas, ou seja, não se pode transportar.”



Parque solar da EDP Renováveis em Pereira Barreto (SP) Foto: EDP Renováveis

Ele ainda citou o sistema de parcerias público-privadas. “Um leilão para energia eólica é uma parceria público-privada, porque o Estado coloca essa oportunidade e os entes privados que pagam o projeto. Renovação de concessões de distribuição é uma parceria, pois as concessões são do Estado, mas é o privado que investe”, disse.

No início do mês, a EDP Brasil anunciou que vai realizar uma oferta pública de aquisição de ações para o fechamento do capital da companhia aqui no País, numa operação que deve exigir R\$ 6,1 bilhões. O grupo português salientou que o movimento reforça a posição da EDP no Brasil, onde possui ativos considerados de alto valor agregado e estratégicos para o negócio da companhia. Afirmou também que a operação seria “uma aposta no mercado brasileiro”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/02/2023

GOVERNO LULA ESTIMA NOVO ESTOURO DA INFLAÇÃO EM 2023 E PIB MENOR, DE 1,6%

De acordo com o Ministério da Fazenda, a estimativa para a alta de preços neste ano passou de 4,60% para 5,31%; para 2024, projeção é de 3,52%

Por Eduardo Rodrigues e Célia Froufe

BRASÍLIA – Na primeira rodada de projeções do governo para os principais indicadores econômicos do País, o novo Ministério da Fazenda anunciou que prevê uma inflação maior e um crescimento menor da economia em 2023 – dado que, ainda assim, é mais otimista do que as projeções do mercado.

De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano passou de 4,60% para 5,31%. Para 2024, a projeção é de 3,52%.

No documento, a Secretaria de Política Econômica (SPE) argumenta que a revisão foi motivada pelo aumento na projeção de preços monitorados, apenas parcialmente contrabalanceada pela desaceleração esperada na inflação de alimentação no domicílio e de bens industriais. “A partir de 2025, espera-se convergência do IPCA para a meta de 3,00%”, completou.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram que o IPCA deve acumular alta de 5,96% em 2023 e de 4,01% em 2024.

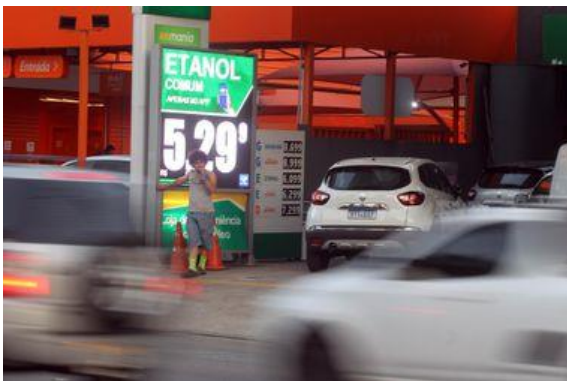
Todas as projeções para a inflação em 2023 estão bem acima do teto da meta deste ano, de 3,25%, que tem uma margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (índice de 1,75% a 4,75%). No caso de 2024, a meta é de 3,00%, com margem de 1,5 ponto (1,50% a 4,50%).

O Ministério da Fazenda também atualizou a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta do indicador neste ano passou de 4,90% para 5,16%. Para 2024, a projeção é de 3,30%.

Já a estimativa da Fazenda para a alta do IGP-DI em 2023 passou de 4,55% para 3,85%. Para o próximo ano, a projeção é de 3,80%. As estimativas são utilizadas na confecção do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, que será divulgado na próxima quarta-feira.

A subsecretária de Política Macroeconômica do Ministério da Fazenda, Raquel Nadal, disse que, apesar da projeção mais alta para a inflação deste ano, acredita que o IPCA voltará para dentro do intervalo da meta no ano que vem.

Ela disse contar com uma aceleração dos preços monitorados, em grande parte por causa da decisão



do governo de reonerar os preços dos combustíveis. Além disso, as contas de luz e os planos de saúde também devem ser reajustados e apresentar destaque dentro da composição da inflação. Uma parte da alta dos preços monitorados deve ser compensada com uma diminuição da inflação dos alimentos e de bens industriais, conforme a subsecretária.

Analistas de mercado consultados pelo BC estimam que o IPCA deve acumular alta de 5,96% em 2023 e de 4,01% em 2024 Foto: ALEX SILVA/ESTADAO

PIB

O ministério chefiado por Fernando Haddad também reduziu o otimismo para a alta do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023. Mesmo assim, a pasta manteve as expectativas para o desempenho da atividade neste ano em um patamar bem superior ao do mercado.

De acordo com a grade de parâmetros divulgada há pouco pela Secretaria de Política Econômica, a estimativa para a expansão da atividade em 2022 passou de 2,1% para 1,61%. A projeção anterior havia sido feita em novembro, ainda no governo passado.

De acordo com o Boletim Macroeconômico, a redução de 0,49 ponto porcentual deve-se ao arrefecimento na margem dos indicadores econômicos divulgados desde o documento anterior e também aos efeitos defasados mais intensos da política monetária sobre a atividade e mercado de crédito do que o anteriormente projetado. “As perspectivas de liquidez reduzida nos EUA e em outras economias também colaboraram para a revisão da projeção anterior”, apontou a SPE.

O ministério também reduziu as projeções de crescimento da economia de 2024, de 2,50% para 2,34%. Já para 2025, o prognóstico aumentou de 2,50% para 2,76%. Para 2026, a estimativa passou de 2,2% para 2,42%. E para 2027, a projeção anunciada hoje é de 2,49%.

A alta de 1,61% prevista para este ano repercute, segundo a SPE, a aceleração no setor agropecuário e o arrefecimento na Indústria e em Serviços. Para o período de 2024 a 2027, a expectativa é de crescimento médio ao ano de 2,5%. “Essa expansão se baseia nos planos de investimento e nas oportunidades que podem ser exploradas com a transição para uma economia verde e sustentável”, salientou a SPE. A secretaria também credita a expansão às reformas que serão implementadas ainda em 2023, como fiscal e tributária, com potencial de reduzir de forma estrutural a taxa de juros no Brasil.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram uma alta de apenas 0,89% para o PIB de 2023. Para 2024, a estimativa no Focus é de alta de 1,50%. As estimativas de mercado para os anos de 2025 e 2026 estão em 1,80% e 1,98%, respectivamente.

Impacto em 2024

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, disse que os impactos positivos das medidas econômicas tomadas pelo governo serão mais visíveis a partir do ano que vem. “Esperamos uma aceleração do crescimento para 2024”, afirmou.

Segundo ele, a grade de parâmetros apresentada tem grau de “realismo e transparência” bastante elevado. Mello enfatizou que todas as projeções são constantemente revisadas e que sua equipe seguirá acompanhando a trajetória da economia global e da brasileira.

Crédito e juros

O secretário salientou que o mercado de crédito vem registrando desde fevereiro do ano passado uma desaceleração na oferta. Assim como no caso do PIB, o secretário apontou que a alta dos juros tem sido uma das principais responsáveis por esse quadro.

“A política monetária contracionista impacta o mercado de crédito”, afirmou, citando “elevadíssimos” níveis de inadimplência, principalmente das famílias. Por isso, continuou, uma das prioridades do governo é a renegociação das dívidas das famílias com o programa Desenrola.

Guilherme Mello defendeu que, quanto antes começar a sinalização de redução da taxa básica de juros (Selic), mais cedo se verá o impacto no mercado de crédito e sobre a atividade. “Quanto antes for possível reduzir a Selic, melhor vai responder a economia em 2023 e 2024”, disse.

O secretário disse, porém, que não cabe a ele e sua equipe julgar a política monetária. “Trouxemos fatos”, enfatizou. “É fato que a maior taxa real de juros do mundo afeta o mercado de crédito”, continuou sobre o atual nível da Selic, que hoje está em 13,75% ao ano.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/02/2023

PLANO DE EXPANSÃO DA PETROBRAS AJUDA PRINER A MIRAR R\$ 1 BI DE RECEITA EM 2023

Área de óleo e gás foi responsável por mais de 60% do resultado da empresa de engenharia de manutenção industrial em 2022

Por Denise Luna



Plano de expansão da Petrobras e crescimento de outras empresas do setor devem impulsionar avanço da Priner Foto: Paulo Whitaker/Reuters

Pelo segundo ano consecutivo, o grupo de engenharia de manutenção industrial e infraestrutura Priner dobrou de tamanho. Como reflexo das aquisições feitas nos últimos anos, depois que a companhia abriu seu capital em 2020, a receita líquida atingiu R\$ 813 milhões em 2022, contra R\$ 433 milhões em 2021, com crescimento de 87,8%. De acordo com o presidente da Priner,

Tulio Cintra, a área de óleo e gás foi responsável por mais de 60% do resultado e a tendência é que os ganhos continuem no mesmo ritmo, principalmente pelos planos de expansão da Petrobras e pelo crescimento de outras empresas do setor, previstos para os próximos anos. A meta é chegar à receita de R\$ 1 bilhão este ano e dobrar esse valor nos próximos três anos, atingindo R\$ 2 bilhões em 2026.

Empresa investiu R\$ 23 milhões em sede

Com o crescimento, a capacidade da Priner se esgotou. Para atender à demanda dos clientes, a companhia construiu uma nova sede em Macaé (RJ). Além do setor de óleo e gás, há novos negócios surgindo no Porto do Açú. Ao todo, serão investidos R\$ 23 milhões na nova sede.

Dinheiro do IPO foi destinado a aquisições

Segundo o diretor financeiro da companhia, Marcelo Costa, com os R\$ 160 milhões da abertura de capital, a Priner comprou outras empresas de engenharia para atender às demandas dos clientes. Nascida como uma montadora de andaimes, ela atua nos setores de óleo e gás; mineração; papel e celulose e petroquímica. Além de Petrobras, tem como clientes Braskem, Vale, Equinor, PetroRio, Suzano, Ambev, Acelen, Arcelor Mittal.

Passos rumos à internacionalização

Agora, a Priner começa agora a dar seus primeiros passos rumo à internacionalização, com uma sondagem do mercado na Guiana e a oferta de serviços de inspeção no Chile e na Colômbia. Também pretende voltar a atuar no segmento de infraestrutura no Chile, como em reparo de túneis, de hidrelétricas e outras estruturas, serviços que começou a prestar com a compra da Gmaia.

“Precisamos diversificar e receber em dólar”, diz Cintra, que não vê no curto prazo espaço para um follow on (segunda oferta de ações). Segundo ele, somente quando o papel chegar a R\$ 12 (hoje está perto dos R\$ 8, após o IPO de R\$ 10), será uma oferta justa para os acionistas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/02/2023

NOVO GOVERNO VAI DESFAZENDO REFORMAS INICIADAS EM 2016 E NOVA VÍTIMA É O MARCO DO SANEAMENTO

Lula 3 parece acreditar de verdade em um Estado que tudo faz e, caso as consequências sejam desastrosas para a economia, deverá culpar mais uma vez um inimigo externo

Por Elena Landau

Novo governo não só dá uma guinada previsível na política econômica, como vai desfazendo as reformas iniciadas em 2016. Elas funcionaram como uma mola no fundo do poço que Dilma nos jogou.

Lula 3 parece querer se livrar da imagem do social-democrata que adquiriu por ter dado continuidade às políticas de FHC. Veio agora decidido a assumir o papel de líder da esquerda para valer. Acredita de verdade em um Estado que tudo faz. E, se a consequência for inflação ou crescimento medíocre, isso será mais uma vez atribuído a um inimigo externo, que já foi até escolhido – o Banco Central. Mas pode virar o Congresso Nacional e Lira.

Basta ver como o PT analisa o desastroso biênio Dilma. Não foram a política fiscal irresponsável, os recursos desperdiçados no BNDES nem as pedaladas que levaram o País à maior recessão da história, mas um golpe imaginário, a Lava Jato que inventou corrupção onde não havia e destruiu empreiteiras.

A desconstrução das reformas vai criando insegurança jurídica e regulatória e pode afastar investidores privados. E assim, como numa profecia autorrealizada, reforçará o discurso de que, sem governo gastando, a economia não anda.



Desconstrução de reformas no novo governo vai criando insegurança jurídica e regulatória e pode afastar investidores privados Foto: Eraldo Peres/AP

A lista de mudanças é extensa: TLP do BNDES; Lei das Estatais; reforma da Previdência; política de preços de combustíveis; desinvestimentos da Petrobras; privatização da Eletrobras; fim da limitação de despesas do governo e agências reguladoras.

Outra vítima é o novo marco do saneamento, mesmo tendo, em apenas dois anos, comprometido R\$ 50 bilhões em investimentos e mais R\$ 30 bilhões em outorgas. As estatais, por sua vez, não conseguiram demonstrar capacidade financeira para cumprir as metas de universalização impostas nos novos contratos.

Rui Costa diz que outorgas muito elevadas são ruins (!), pois vão gerar tarifas elevadas. Mas, no Estado que governou por oito anos, a Embasa cobra mais pelo serviço do que a média nacional e acima das privatizadas. E, mesmo assim, só 38% dos baianos têm coleta de esgoto – e, desse total, metade não é tratada. O investimento privado em ligação de água e esgoto é, em média, 70% acima do realizado pela Embasa.

O saneamento é uma política transversal de grande impacto social: reduz a mortalidade infantil, melhora o desempenho de crianças na escola, previne doenças, reduzindo gastos com saúde. É fundamental para criar igualdade de oportunidades e contribuir para a mobilidade social e o aumento da produtividade do trabalho. Dezenas de milhões de brasileiros, concentrados na população mais carente, serão novamente esquecidos com esse retrocesso.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/02/2023

Valor ECONÔMICO
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

HIDROVIAS DO BRASIL RECONHECE A INVIABILIDADE DE PROJETO PARA ESCOAR SAL NO RIO GRANDE DO NORTE

Realização do projeto, que recebeu um investimento de mais de R\$ 130 milhões, vem encontrando dificuldades desde 2021

Por Ana Beatriz Bartolo, Valor — São Paulo



Hidroviás do Brasil, transporte fluvial — Foto: Divulgação

A Hidroviás do Brasil informou a desistência da potencial operação logística de sal no Rio Grande do Norte. A realização desse projeto, que recebeu um investimento de mais de R\$ 130 milhões, vem encontrando dificuldades desde 2021.

Uma vez que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) negou o registro da instalação flutuante e todas as medidas administrativas e jurídicas também foram rejeitadas, a companhia aceitou a inviabilidade de realizar tal operação nos modelos inicialmente pensados.

Assim, a empresa afirma que irá destinar o ativo customizado para essa operação, denominado HB Potiguar, em outras oportunidades, seja ela, em novos projetos internos ou em parceria com terceiros.

A Hidroviás do Brasil também assegurou que a não realização desse projeto não comprometerá a operação de sal a ser realizada no Porto de Santos, onde a empresa opera o terminal STS20 desde 2019.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/02/2023

ECORODOVIAS VAI MAPEAR OPORTUNIDADES DE LEILÕES ATÉ 2026, MAS AFIRMA QUE SERÁ SELETIVA

“Para nós, o que faz sentido é taxa de retorno, que tem que ser adequada”, destacou o presidente do grupo, Marcello Guidotti

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Marcello Guidotti, presidente da Ecorodovias — Foto: Divulgação/Ecorodovias

A Ecorodovias segue mapeando oportunidades para o “médio e longo prazo”, segundo o presidente do grupo, Marcello Guidotti. “Estamos mapeando oportunidades”, disse, em teleconferência com analistas nesta sexta-feira (17).

“Haverá boas oportunidades em 2024, 2025, 2026, que estão por vir. A Ecorodovias terá muito cuidado, irá entrar unicamente em projetos que garantam taxa de retorno atrativa e com perfil de capex [investimento em bens de capital] e caixa que sejam sustentáveis. Não temos nenhuma pressa. Temos nossos desafios, estamos começando a entregar resultados. A janela de oportunidades vai continuar até 2026, vamos ser criteriosos nas escolhas”, afirmou.

Entre os ativos citados pelo executivo estão o lote Litoral Paulista, em São Paulo, que “é limítrofe com a Ecovias dos Imigrantes”, disse ele.

Além disso, o grupo aguarda a modelagem final do programa de concessões do Paraná, que está sendo estruturado em parceria com a União. Em relação a estes blocos, Guidotti destaca que hoje não

há previsão de prazo. “Ultimamente voltou a discussão sobre o modelo de outorga, de desconto, não há uma visibilidade clara de quando governo vai conseguir leiloar”, disse.

“Para nós, o que faz sentido é taxa de retorno, que tem que ser adequada. Não adianta querer bilhões de capex na largada. Vamos analisar os projetos com essas métricas. O debate vai existir, vamos aguardar a escolha do modelo e avaliar se há retorno adequado.”

Ecoporto

O contrato da Ecoporto, arrendamento da Ecorodovias no Porto de Santos, se encerra em junho de 2023. O grupo, porém, ainda aguarda definições sobre como será o pagamento de um crédito de R\$ 300 milhões, já reconhecido, e também trava na Justiça uma disputa por outros créditos, referentes a um reequilíbrio econômico-financeiro negado.

“O Ecoporto expira em junho de 2023, encerra as operações. Evidentemente que ainda tem a discussão sobre relicitação, renovação, por enquanto estamos considerando o encerramento”, disse Guidotti. “Não é um ativo 'core', já venceu seu caminho regular. Agora também acompanhamos as discussões sobre o porto, novos leilões, obviamente acompanhamos.”

Em relação ao crédito já reconhecido, o executivo diz que não está claro ainda como será o pagamento, mas que este está garantido. “A SPA [Santos Port Authority] tem dinheiro para liquidar o passivo. O pagamento tem que acontecer. Mas ainda temos que descobrir se será em 2023, 2024, se será no momento da relicitação. Ainda estamos aguardando a definição”, afirmou.

Já os demais valores estão em disputa judicial. A Ecorodovias já teve uma derrota em arbitragem e, diante disso, decidiu judicializar o caso. “São valores muito importantes e vamos aguardar o curso da Justiça. Estamos otimistas.”

Novo patamar de alavancagem

O atual patamar de endividamento da Ecorodovias deverá se manter pelos próximos anos, até ao menos 2026, segundo Guidotti. A companhia encerrou o quarto trimestre de 2022 com uma relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado de 4,3 vezes, contra 4,6 vezes no trimestre anterior.

“A alavancagem atingiu o que provavelmente vai ser o novo patamar. No quarto trimestre veio melhor do que as previsões. Mas este é o patamar de endividamento até 2026, 2028. Vamos continuar por volta de 4 vezes, 4,5 vezes, porque temos que realizar os investimentos. A performance operacional está melhorando, então talvez tenha surpresa nesse sentido. Estamos relativamente tranquilos nesse sentido”, afirmou, em teleconferência com analistas, realizada nesta sexta-feira (17).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/02/2023

CALÇADO CHINÊS CHEGA POR PREÇO MÉDIO US\$ 1,72 E ABICALÇADOS SUSPEITA DE DUMPING

Valor é o mais baixo desde 1997, afirma a associação que representa a indústria brasileira do setor; dos 4,7 milhões de pares importados em fevereiro, quase 3 milhões vieram da China

Por Marta Watanabe, Valor — São Paulo



Terminais de containers no Porto de Santos — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

As importações totais de calçados atingiram em fevereiro 4,7 milhões de pares, o que correspondeu a US\$ 37,72 milhões, com alta de 73% em volume e 32,8% em receita contra igual mês de 2022. Desse total, quase 3 milhões de pares vieram da China, com preço médio de US\$ 1,72 o par, o menor desde 1997, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados). A

entidade menciona suspeita de dumping. O valor das importações de calçados origem China somaram

US\$ 5 milhões em fevereiro. A alta em volume foi de 130,7% e, em receita, de 9,7%, sempre contra igual mês de 2022.

No primeiro bimestre, o valor total importado em calçados pelo Brasil chegou a US\$ 86,8 milhões, com 7,6 milhões de pares. O crescimento de valor e volume foi, respectivamente, de 65,5% e 49%.

Em nota, a Abicalçados diz que a “invasão de calçados asiáticos” está surtindo efeitos indesejáveis no nível de emprego da indústria calçadista. Dados elaborados pela entidade apontam que o setor criou em janeiro 1,3 mil postos em todo o país, o pior saldo em 14 anos. Ainda conforme a entidade, o saldo médio nos últimos dois anos, para janeiro, foi de 8 mil vagas criadas.

O presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo Ferreira, alerta na nota que as importações chinesas têm provocado uma “concorrência desleal” no varejo brasileiro, pois chegam com preços muito abaixo dos praticados no mercado. Ele alega suspeita de dumping, quando o preço para a exportação fica abaixo do praticado no mercado interno e diz que a questão foi levada às autoridades. Segundo Ferreira, a invasão de calçados chineses pode provocar uma “quebradeira” no setor, gerando uma onda de demissões.

Com o resultado de fevereiro, aponta a Abicalçados, as importações chinesas somaram 4,32 milhões de pares e US\$ 11,44 milhões, com aumento de 66% no volume e de 21,2% em receitas em relação ao mesmo bimestre de 2022. Segundo Ferreira, desde que a China flexibilizou a política de “covid zero” e voltou com apetite ao mercado, no início do ano, calçadistas vêm encontrando problemas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/02/2023

TOLEDO CRESCE COM AGRONEGÓCIO EM 2022 E PREVÊ REPETIR RESULTADO

Fabricante de balanças registra alta de 12% nas vendas no ano passado e atinge R\$ 750 milhões

Por Ivo Ribeiro — De São Paulo



Freire, vice-presidente: “As mais de 300 milhões de toneladas da safra de grãos e os insumos passam pelas balanças da Toledo” — Foto: Carol Carquejeiro/Valor

Ancorada em grande parte pelo desempenho do agronegócio e por demanda nos setores industrial e de infraestrutura, a fabricante de balanças Toledo do Brasil tem expectativa de, ao menos, repetir neste ano o resultado que obteve em 2022. A empresa encerrou o ano passado com crescimento de 12% nas vendas, alcançando R\$ 750 milhões.

A base de comparação, com o que foi realizado em 2021, era muita alta - 35%, afirma Edson José Freire, vice-presidente da companhia, situada em São Bernardo Campo (ABC Paulista). Há 35 anos na empresa, o executivo responde pelas áreas de logística, engenharia, vendas e marketing.

Hoje, mais da metade das vendas da companhia está vinculada a “alimentos” - vai da fazenda ao porto, passando por frigoríficos, supermercados e varejo em geral, balanças nas rodovias, diz Freire. “As mais de 300 milhões de toneladas da safra de grãos e os insumos importados passam pelas balanças da Toledo”, afirma.

A empresa abriu três filiais de assistência técnica no ano passado, todas no coração do agronegócio

Segundo Freire, as atividades da Toledo estão divididas em três grandes unidades de negócios: Comercial, que inclui o varejo, Industrial, que abrange agronegócio e infraestrutura, e Assistência Técnica, com 23 unidades espalhadas pelo país com 400 técnicos. O peso na receita é mais ou menos um terço de cada divisão.

Mas é o agronegócio, admite o executivo, que mais tem impulsionado os negócios da empresa. A área de assistência técnica está totalmente voltada para atender os clientes da divisão industrial. Já a divisão comercial tem sua própria rede de assistência técnica - milhares no país - autorizada pela fabricante de balanças.

O desempenho da divisão comercial viveu um ano um pouco mais fraco, diferente de um 2021 bem forte. Em contraponto, revela Freire, assistência técnica teve crescimento surpreendente.

No resumo do ano, avalia, o desempenho financeiro da empresa mostrou um retorno (ROE) de 32%. O faturamento do ano ficou em R\$ 722 milhões (6,5% superior ao de 2021), com lucro líquido de R\$ 82 milhões, gerando margem bruta de 11,2%. Ele ressalta que a Toledo vem há cinco anos, desde 2019, num ciclo virtuoso.

Olhando para 2023, a fabricante acredita que será um ano parecido com de 2022. Segundo o executivo, ainda se percebe algum temor no mercado com as novas diretrizes econômicas. "Estamos confiantes nos pontos fortes dos nossos produtos, que trazem soluções que geram ganhos para nossos clientes de todos setores".

A empresa abriu três filiais de assistência técnica no ano passado, com toda a estrutura necessária para atender necessidades dos clientes - principalmente calibragem das balanças. As três ficam no coração do agronegócio - Palmas (TO), Sorriso (MT) e Luíz Eduardo (BA). A Toledo prevê mais até cinco unidades nos próximos anos, informou Freire.

Ele ressalta que a empresa tem mão de obra intensiva, pois é uma indústria metalúrgica, mas que já atua com foco na transformação digital, levando inovações diversas para seus clientes. Os aportes em pesquisa e desenvolvimento (P&D) somaram R\$ 32 milhões no ano passado, equivalente a 4,5% do faturamento.

Com equipes trabalhando em tecnologias disruptivas, o executivo disse que em 2022 a empresa levou ao mercado uma balança nova para o comércio. "Com inteligência artificial, ela reconhece voz (do operador) e imagem (do produto pesado, como uma verdura). Creio ser a primeira do mundo com IA na área de varejo, com uma persona, como a Alexa. Com o 5G vai ajudar muito o supermercadista".

Disponível em três categorias (6, 15 e 32 quilos), o equipamento foi inclusive apresentado a clientes brasileiros na maior feira de varejo do mundo, em Nova York, tendo brilhado no telão da Times Square, comenta Freire.

No mercado brasileiro de balanças, envolvendo todo o universo delas, a Toledo detém fatia estimada em um terço do total comercializado. A fabricante emprega 1,5 mil funcionários diretos. Em 2022, contratou mais 50.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 17/02/2023

ELDORADO MARCA MELHOR ANO DA SUA HISTÓRIA EM 2022

Com recorde em diferentes linhas do balanço, a produtora de celulose que tem como acionistas a J&F e a PE teve lucro líquido de R\$ 3,53 bilhões

Por Stella Fontes — De São Paulo



Fernando Storchi, diretor financeiro, diz que o investimento no Porto de Santos trará maior competitividade logística — Foto: Divulgação

Beneficiada por preços históricos da celulose de eucalipto e boa performance da fábrica de Três Lagoas (MS), a Eldorado registrou em 2022 o melhor conjunto de resultados financeiros e operacionais em



seus dez anos de operação. Com recorde em diferentes linhas do balanço, a produtora de celulose que tem como acionistas a J&F Investimentos e a Paper Excellence (PE) teve lucro líquido anual de R\$ 3,53 bilhões, quatro vezes mais que o ganho obtido em 2021.

“Foi um ano excepcional, com recorde de produção em um momento muito favorável no mercado global de celulose”, disse ao Valor o diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, Fernando Storchi. No ano passado, a receita líquida cresceu 24%, para R\$ 7,54 bilhões, a maior da história, com produção recorde de 1,832 milhão de toneladas de celulose de eucalipto, 22% acima da capacidade original da unidade fabril, de 1,5 milhão de toneladas.

As vendas totalizaram 1,759 milhão de toneladas em 2022, quase estáveis em relação ao ano anterior (1,755 milhão de toneladas), sustentando níveis normais de estoques. “Reduzimos um pouco o ritmo de vendas no quarto trimestre para montar estoques para a parada da fábrica, que aconteceu no fim de janeiro, e manter o atendimento aos clientes”, explicou. “Os volumes devem melhorar no primeiro trimestre”, acrescentou.

O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado, por sua vez, chegou a históricos R\$ 4,56 bilhões no ano, 30,4% acima do registrado em 2021. No quarto trimestre, o preço médio da celulose comercializada pela Eldorado foi de US\$ 880 por tonelada, 38% maior que os US\$ 637 por tonelada do mesmo intervalo de 2021. Já custo caixa de produção médio ficou em R\$ 873 (US\$ 169) por tonelada no ano. De acordo com Storchi, o custo caixa deve se manter competitivo em 2023 e já há sinais de arrefecimento na pressão de custos, sobretudo com determinados químicos e frete.

Em dezembro, a dívida líquida da Eldorado estava em R\$ 2,98 bilhões, de R\$ 5,2 bilhões no fim de 2021. Com a melhora do Ebitda e a redução do endividamento líquido, a alavancagem financeira da recuou a 0,7 vez em reais, frente a 1,5 vez um ano antes.

Segundo o executivo os investimentos em 2022 chegaram a R\$ 1,095 bilhão, dos quais R\$ 260 milhões nas obras de um novo terminal portuário em Santos (SP). O projeto envolve desembolso total de R\$ 500 milhões e entrará em operação em meados do ano. Com isso, os investimentos em 2023 devem retornar ao nível de R\$ 800 milhões. “O porto de Santos foi o foco em 2022 e trará competitividade na operação logística”, disse.

A capacidade de refinanciamento e uma mudança da pontuação relativa à estrutura de governança levaram a Fitch a elevar os ratings da Eldorado em moeda estrangeira e local de “BB-“ para “BB”, e os ratings nacional de longo prazo e da quarta emissão de debêntures de “AA-(bra)” a “AA+(bra)”, com perspectiva estável.

A J&F, da família Batista, dona da JBS, e a PE, do empresário indonésio Jackson Wijaya, travam uma disputa feroz em torno do controle da Eldorado desde setembro de 2018. Em 2021, a PE venceu a arbitragem aberta contra a sócia, que pede a anulação do procedimento na Justiça.

Para a agência de classificação de risco, isoladamente, essa disputa não limita mais a nota de crédito da produtora de celulose, uma vez que esse processo vai se arrastar por mais tempo que o previsto originalmente. A Fitch aponta ainda que, com a significativa redução do nível de endividamento, a companhia não depende do mercado internacional de dívida. “A Eldorado têm sido capaz de emitir dívida no mercado local para refinar suas obrigações, e um conselho de administração formado com a participação de ambas as partes interessadas está tomando as decisões estratégicas”, informou.

“A fábrica da Eldorado possui capacidade de produção anual de 1,7 milhão de toneladas de celulose, com um custo-caixa de produção que a posicionou, de forma consistente, no menor quartil da curva de custos”, acrescentou.

FRANÇA REBATE TARCÍSIO SOBRE PORTO DE SANTOS

Privatização total não existe, segundo ministro do governo Lula
Por Caio Sartori — Do Rio

O ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, rebateu na quinta-feira (16) a afirmação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, de que a privatização do Porto de Santos estaria “na boca” para sair do papel. O representante do governo federal, que tem aquela região paulista como reduto político, riu quando foi perguntado sobre a declaração dada, no começo de fevereiro, por Tarcísio sobre a transferência para o setor privado do principal porto do país.

“Ele [Tarcísio] pegou a privatização de Santos, se dedicou muito, passou anos pensando nisso e, de verdade, queria muito que acontecesse. Não deu tempo porque essa aprovação está no Tribunal de Contas. No Tribunal de Contas, tem um parecer de um ministro que não julgou ainda e dois que pediram vista. Não tem nada ‘na boca’”, afirmou. “É um conceito que a gente não sabe de onde veio. Vai à Noruega ver [se tem] um porto assim, vai aos Estados Unidos, à França. Não tem esse porto assim. Tem exemplos pequenos na Nova Zelândia, na Austrália, que não servem de exemplo para o tamanho de carga que nós temos.”

França relatou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse a Tarcísio, ex-ministro da Infraestrutura na gestão de Jair Bolsonaro, que o governo não está fechado a ideias. Buscam-se consensos com o Executivo paulista, e um exemplo seria a construção de uma dragagem mais extensa.

“Eu conversei com ele [Tarcísio] sobre isso. Falou que seria bom, mas que seria melhor se vendesse a autoridade portuária, o CNPJ. Isso não existe, na minha opinião”, disse o ministro. Outro consenso seria a construção do túnel entre Santos e Guarujá, apesar de haver divergências também nessa ideia. “No projeto dele só iniciaria daqui a sete anos. A gente não quer esperar sete anos para começar uma obra de túnel. Se já existe projeto básico, se já tem licenciamento ambiental, se já tem o dinheiro, o que está esperando para começar?”

França falou com a imprensa no Rio após o evento “O crescimento da economia e a importância da cabotagem na matriz de transporte brasileira: perspectivas e desafios”, parceria da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac) com a Editora Globo. Aos representantes do setor o ministro citou a recriação do ministério como sinal de que o novo governo dá prioridade ao tema.

Outro assunto abordado com a imprensa foi o futuro programa que busca oferecer passagens aéreas a R\$ 200 e despontou como pivô da irritação de Lula em reunião ministerial desta semana. França garantiu que a iniciativa não envolveria subsídios. “É zero subsídio, zero dinheiro do governo. É organizar e ajudar na divulgação de uma ideia que, na minha visão, só preenche um espaço que está vazio”, disse.

De acordo com o ministro, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) coordenará um grupo de trabalho do qual participarão as empresas aéreas. O ministério, então, deve ter até julho um desenho mais detalhado do programa, que França assume ser “embrionário”.

“O programa envolveria a utilização da ociosidade dos espaços delas [empresas] nos períodos sem voos complexos. Um voo que sai às 15h para determinada cidade, que vai com 75%, por que não usar esses 25% com preços atraentes, compatíveis?”, questionou o ministro. “Elas, empresas, propuseram isso para mim. Isso vai ao encontro do que o presidente Lula me pediu, que mais gente voasse.”

Aspecto ainda turvo do projeto, a participação direta do governo se daria por envolver servidores públicos, estudantes e aposentados e pensionistas. Mas, apontou França, os bancos públicos poderiam entrar no programa por meio da oferta de consignado. “O governo tem mil maneiras de ajudar, não só na questão da divulgação, mas também, por exemplo, se permitir que os bancos públicos sejam esses agentes”, disse.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/02/2023



DIÁRIO DO NORDESTE - CE

EM UM PORTO MARÍTIMO, O QUE É MAIS IMPORTANTE: O NAVIO OU A CARGA?

Por causa dessa pergunta e, principalmente, em consequência da resposta, criou-se um "Deus nos acuda que dura até hoje" em um dos portos cearenses. A política intrometeu-se na área portuária.

Escrito por Egidio Serpa, egidio.serpa@svm.com.br 08:47 / 08 de Março de 2023. Atualizado às 08:51 / 08 de Março de 2023

Para uma empresa administradora portuária, o que é mais importante: o navio ou a carga?

Não se trata de uma dúvida shakespeariana, mas de uma questão de ponto de vista. A pergunta foi feita por um grande exportador do Ceará ao diretor comercial de um dos portos cearenses. E a resposta foi a seguinte: "O mais importante é o navio".

Diante do que ouviu, o exportador disse ao interlocutor: "Pois, então, fique com o seu navio, pois a minha carga mudará de porto". E mudou. E foi um "Deus nos acuda" que perdura até hoje.

Esta coluna mantém-se bem-informada sobre o que se passa nos bastidores de um mercado para o qual qualquer centavo de dólar tem – para o administrador do porto, para o agente do navio, para o exportador, para o importador e para o despachante – grande importância.

Para quem exporta, há detalhes relevantes, como a frequência com que o navio escala o porto pelo qual o embarque da carga será feito e o custo das taxas portuárias e da demurrage (taxa de sobre estadia do navio, válida principalmente para a importação, mas cobrada também de quem exporta – atenção: só o navio tem estadia, os humanos temos estadia).

Já foi dito que, na atividade portuária e na relação entre os atores da navegação marítima, o agente menos habilitado sabe consertar relógio suíço com luva de boxe.

Nesse mercado está incluído, destacadamente, o interesse da administração do porto, que, no Brasil, se tornou uma atividade invadida, nos últimos 20 anos, pelo que a política tem de mais desabonador.

Você duvida? Mantenha a atenção voltada para as mudanças de comando que ocorrerão nos portos onde a gestão não é técnica, mas político-partidária. Sairá o indicado pelo ganhador da eleição anterior e entrará o indicado pelo vencedor do pleito mais recente. Simples assim.

A pedido desta coluna, um consultor em transporte marítimo, com larga experiência no trâmite de embarque e desembarque de cargas, escreveu o seguinte:

"A figura do operador portuário talvez seja, de longe, a mais influente para que o negócio exista ou surja. Um porto com maus operadores portuários não qualificados ou só com um operador – como é o caso da Companhia Docas do Ceará (CDC), que deu a exclusividade da operação de contêineres à francesa CMA-CGM no porto de Mucuripe, em Fortaleza – impede, definitivamente, a entrada de outros armadores no porto por óbvias razões. No Mucuripe, infelizmente, foi eliminada a concorrência em favor de um único interessado armador."

O mesmo consultor acrescentou:

"Especialização, infraestrutura e superestrutura podem ser investimentos desejáveis e até indispensáveis na maioria dos casos em portos de pequeno ou médio volumes de carga, os quais só têm como prosperar com uma gestão quase cirúrgica, com boas relações entre os interesses da carga

(que é a coisa mais importante desta questão), dos operadores portuários, dos agentes e das autoridades intervenientes, além do convívio e da integração com os vizinhos do entorno e da área de influência desses portos.”

Como se estivesse com o dedo em riste, o mesmo consultor arrematou:

“Eis porque, infelizmente, as administrações portuárias, públicas e partidárias – com interesses escusos – só estão aí para atrapalhar e gerar desequilíbrios e desigualdades. E para tumultuar a vida das forças do mercado e da iniciativa privada.”

Fonte: Diário do Nordeste – CE

Data: 17/02/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PARA ESTALEIRO JURUÁ, NAVALSHORE AM AQUECE INDÚSTRIA NAVAL NA REGIÃO AMAZÔNICA

Por Bianca Guilherme ESPECIAL NAVALSHORE 17/03/2023 - 17:41



Divulgação

Na primeira edição da feira na região Norte, estaleiro estará com engenheiros para apresentar sua capacidade produtiva. Evento acontece entre os dias 24 e 26 de maio de 2023, em Manaus

O Estaleiro Juruá estará presente na Navalshore, que ocorre entre os dias 24 e 26 de maio de 2023, em Manaus. Com uma exposição institucional, a companhia tem como objetivo nutrir um ecossistema de negócios e novos projetos, apresentando soluções inovadoras para

a construção de grandes terminais de granéis, desenvolvimento logístico fluvial de distribuição do gás natural e liquefeito na região Norte.

De acordo com Déborah Camely, diretora administrativa, é fundamental que a Navalshore aconteça na região norte para aquecer o setor da indústria naval na região amazônica, viabilizando discussões de novos rumos com foco na apresentação de alternativas e soluções para o escoamento da produção através dos rios. "Acreditamos e apoiamos iniciativas como a Navalshore que fomentam o setor e a economia como um todo. Pretendemos criar um ambiente de negócios, permitindo networking e apresentando nossa capacidade de projeto e produção", destacou à Portos e Navios.

Com uma experiência de 30 anos na área de navegação e construção naval, o Estaleiro Juruá estará, no evento, com um time de engenheiros presentes com o intuito de apresentar sua capacidade produtiva e as obras relevantes desenvolvidas pela empresa. O estaleiro vem viabilizando a logística na região Norte do Brasil por meio da produção e entrega de artefatos customizados em aço, com uma capacidade de produção de mais de 20 mil toneladas de aço por ano, em um parque fabril coberto de 100 mil m² e investimentos contínuos em tecnologia e no corpo técnico.

"Somos especialistas em projetar e construir terminais portuários, cais para transbordo de contêineres, catamarã para transbordo de granéis sólidos e líquidos, balsas de transportes de granéis líquidos e sólidos, balsas de carga geral, empurradores, rebocadores entre outros projetos exclusivos. Também oferecemos serviços de manutenção com docagem, vistorias e reparos em geral", comentou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/02/2023

PETROBRAS COLOCARÁ MAIS 5 FPSOS EM OPERAÇÃO EM 2023

Por Bianca Guilherme OFFSHORE 17/03/2023 - 17:35



Companhia pretende investir em mais 18 unidades flutuantes nos próximos cinco anos,

Nos últimos cinco anos, a Petrobras colocou em produção 12 novos FPSOs (unidade flutuante de armazenamento e transferência). Hoje, eles representam cerca de 50% da produção mundial, com um volume de 2,74 milhões de barris por dia. A companhia tem 18 novos FPSOs previstos para entrar em operação dentro dos próximos 5 anos, sendo 11 só para o pré-sal. Durante o Energy Talks, promovido pela Agência EPBR, Fabrício Benites Soares, gerente geral

de Engenharia de Sistemas de Superfície da Petrobras, comentou sobre a visão da companhia para o futuro dos sistemas de operação.

"Se olharmos as pesquisas de mercado, dos FPSOs que entram no mundo todo, mais da metade representa o nosso portfólio. Nesse momento de mercado competitivo, isso mostra que a gente tem investido", comentou.

Em 2023, cinco unidades entrarão em operação. A P-71 que está em rampa de produção, o FPSO Anna Nery, que está em fase de preparação offshore para início de produção, assim como o FPSO Almirante Barroso. Já o FPSO Anita Garibaldi está em fase final de comissionamento em estaleiro e o FPSO Sepetiba está em integração e comissionamento. As plataformas estão sendo a grande aposta da estatal nas regiões.

Para Soares, nos últimos 20 anos a companhia enfrentou vários desafios tanto técnicos como de contratos, por exemplo. Mas, o aprendizado foi necessário para que a Petrobras incorporasse importantes diretrizes para o futuro. "Agora a companhia está buscando um menor tempo de ramp-up e uma maior eficiência operacional, além da redução de emissão de gases de efeito estufa, padronização em projetos, qualificação dos fornecedores e alinhamento de interesses contratuais entre a visão da Petrobras e do mercado", comentou o gerente.

Atualmente os três principais direcionadores na implantação dos projetos de desenvolvimento da produção são: a maximização do valor econômico de projetos e operações, com aumento de eficiência; garantia de segurança, integridade e conformidade; e minimização de emissões de gases de efeito estufa com geração de valor.

Soares destaca também o CAPEX de exploração e produção (sigla da expressão inglesa CAPital EXpenditure, que pode ser definida como despesas de capital ou investimentos em bens de capitais) que foi de 64 bilhões de dólares, sendo 67% alocado no pré-sal, considerando as unidades em produção e também a parte de exploração e 24% foi alocado no pós-sal.

Para o gerente, a elevada produtividade do pré-sal permitiu a estatal adotar uma estratégia de implantação de sistemas de produção com uma maior capacidade de produção. Os poços dão alta vazão e uma unidade maior traz alto valor para os projetos. "Temos unidades maiores e completas que embarcam soluções para trazer eficiência operacional, na implantação, mais confiabilidade e segurança e também reduzem a emissão de gases do efeito estufa", destacou

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/02/2023

SÉRGIO BACCI SERÁ O NOVO PRESIDENTE DA TRANSPETRO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 17/03/2023 - 17:19



Divulgação Abac

Nome foi encaminhado pelo conselho de administração da companhia à sua subsidiária, onde seguirá ritos internos de aprovação

Sérgio Bacci deve ser confirmado como presidente da Transpetro até o final deste mês. O nome indicado pelo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, foi encaminhado pelo conselho de administração da companhia à sua subsidiária, onde seguirá os ritos internos de aprovação.

Na noite da última quinta-feira (16), Bacci esteve presente ao coquetel em comemoração aos 50 anos da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), no Rio de Janeiro. Na ocasião, ele portava na lapela um broche com a logomarca da subsidiária e foi cumprimentado por representantes dos segmentos de navegação, portos e da indústria naval.

Indagado pela Portos e Navios sobre o novo cargo, ele confirmou a indicação. Bacci, que já foi secretário de fomento do Ministério dos Transportes, nos últimos anos ocupava o cargo de vice-presidente executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval).

A presidência da Transpetro atualmente é ocupada por Luiz Eduardo Valente, que assumiu o cargo em setembro de 2021.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/02/2023

GOVERNO PODE REVER PONTOS DO BR DO MAR E PROMETE OUVIR SETOR SOBRE REGULAMENTAÇÃO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 17/03/2023 - 16:31



Arquivo/Divulgação

Ministério de Portos e Aeroportos avalia que houve avanços durante tramitação no Congresso, mas ainda existem imperfeições a serem corrigidas para dar segurança ao crescimento do modal

O Ministério de Portos e Aeroportos espera contar com o setor privado para aperfeiçoar legislações aprovadas, em especial as relacionadas à Lei 14.301/2022 (BR do Mar), que aguarda regulamentação há mais de um ano. Na última quinta-feira (16), o ministro da pasta, Márcio

França (PSB), disse num evento no Rio de Janeiro que a legislação foi amplamente discutida no Congresso e, apesar de ainda ter pontos de melhoria, teve o mérito de trazer a cabotagem para a agenda pública.

“Reconhecemos que ele [BR do Mar] tem avanços importantes, mas tem imperfeições que podem ser corrigidas”, afirmou França, na abertura do seminário "O crescimento da economia e a importância da cabotagem na matriz de transporte brasileira: perspectivas e desafios", promovido pela Editora Globo, com patrocínio da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac).

O ministro acrescentou que a Lei 14.301/2022 não pode ser considerada uma medida de governo porque foi construída a várias mãos, com participação ativa do Congresso. “Ela focava naquele momento com aquele processo eleitoral, com aqueles vitoriosos. Hoje, é outro instante, com outros

vitoriosos e estamos abertos a ouvi-los e a trabalhar para fazer a regulamentação melhor que for possível e, eventualmente, fazer alterações necessárias para aperfeiçoar a legislação e o setor”, frisou França.

O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, disse que essa pauta (BR do Mar) vai ser conversada com o mercado. Ele ressaltou que a orientação do presidente Lula e do ministro França é que o setor de transporte aquaviário precisa gerar emprego e renda no Brasil. “É preciso entender e revisitar essa legislação a partir de um input de quem faz cabotagem nesse país — armador, usuário (...) — e, ao mesmo tempo, entender que este governo tem uma direção. A soma de vontades poderá dizer se o que está no BR do Mar precisa ser revisto ou não”, analisou.

Para Pierdomenico, existe um sentimento no setor de que alguns pontos devem voltar a ser discutidos. Ele acredita que um eventual debate não atrapalha investimentos na ampliação da frota. “É melhor um pouco mais de tempo podendo corrigir rotas, do que corrigir resultados negativos de uma legislação que pode não estar na forma como quem pratica a cabotagem quer”, comentou.

Com a mudança de governo, a minuta de decreto para regulamentar a lei que cria o BR do Mar, que esteve em vias de ser publicada, retornou à estaca zero. A Abac acredita que o governo possa querer dar um novo olhar à regulamentação do BR do Mar e a outros pontos relacionados à Lei 9.432/1997, com uma visão mais ‘nacionalista’ e ‘trabalhista’.

O entendimento é que o governo deseje rediscutir a minuta do decreto regulamentador, repensar o modelo que será feito e a forma como será implementado o que está previsto na lei. “A parte que já está na lei e não depende da regulamentação, vamos avaliar junto com eles — se possível com outras entidades — o impacto que terá e o que poderemos atingir ao final do processo no Congresso”, disse o diretor-executivo da Abac, Luis Fernando Resano, à Portos e Navios.

A avaliação dos agentes é que há consciência por parte do governo de que mexer em determinados pontos da legislação exigiria uma nova medida provisória ou um novo projeto de lei, dispositivos mais complexos e mais demorados, ainda que se queira aproveitar o início de governo para aprovar mudanças. A leitura é que precisam ser avaliados os prós e contras de uma medida e se será possível, ao final do processo, atingir os objetivos almejados pelo setor.

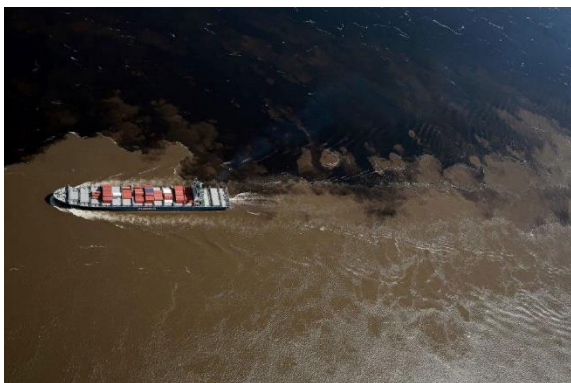
Leia também: *Ampliação da cabotagem passa por fomento a hidrovias, diz França*

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/02/2023

AMPLIAÇÃO DA CABOTAGEM PASSA POR FOMENTO A HIDROVIAS, DIZ FRANÇA

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 17/03/2023 - 11:28



Arquivo/Divulgação

Ministro de portos disse que presidente Lula recomendou 'interiorizar' modal para expandir opções logísticas. Pasta estuda criação de secretaria dedicada à navegação interior

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), disse, na última quinta-feira (16), que o governo federal pretende incentivar a ampliação da cabotagem também por meio de políticas de fomento à navegação interior. Segundo o ministro, o presidente Lula (PT) recomendou

'interiorizar' a cabotagem por meio do desenvolvimento de hidrovias. Em um evento no Rio de Janeiro, França destacou que o orçamento destinado a hidrovias passou de R\$ 4 milhões para R\$ 550 milhões durante o período de transição de governo. Segundo o ministro, o plano é expandir as possibilidades logísticas para o interior do país.

O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, acrescentou que o governo estuda a criação de uma secretaria dedicada à navegação interior na estrutura do ministério. "Se depender da vontade do ministro, vamos ter sim uma secretaria nacional de hidrovias", comentou durante apresentação no seminário "O crescimento da economia e a importância da cabotagem na matriz de transporte brasileira: perspectivas e desafios", promovido pela Editora Globo, patrocinado pela Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac).

Ele explicou que o ministério tem o desejo de abrir esse diálogo dentro do governo para permitir a criação da nova secretaria. O secretário ressaltou que, se não houver hidrovia, não existe navegação interior. "Hidrovia precisa estar no foco: incentivar, desburocratizar e verificar como financiar hidrovias. São essas políticas públicas que o ministro [França] quer desenvolver para que possamos dar importância e sair dos 2% que hidrovias ocupam nos modais (matriz de transportes) para, quem sabe, chegar aos 5% que tem nos EUA", comentou à Portos e Navios após participação no evento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/02/2023

SINDICATO TEM EXPECTATIVA DE ALTA PARA INDÚSTRIA NAVAL EM ANGRA

Por Bianca Guilherme INDÚSTRIA NAVAL 17/03/2023 - 09:40



Arquivo/Divulgação

Para a presidente do sindicato que representa metalúrgicos locais, governo federal tem possibilitado criação de ambiente favorável para atividades

Após um período conturbado na construção naval brasileiro, reflexo da operação Lava Jato, a cidade de Angra dos Reis (RJ) volta a ter boas expectativas para a indústria naval em 2023. No ano passado, o estaleiro Brasfels foi o responsável por 79,99% dos empregos gerados no município, gerando 3.734 postos de trabalho

de janeiro a dezembro de 2022, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, e a expectativa é que o número dobre neste ano, movimentando ainda mais a cidade.

Para Cristiane Marcolino, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis, o governo federal tem possibilitado a criação de um ambiente favorável para o setor naval, que vislumbra a possibilidade de incentivos fiscais, programas de financiamento e principalmente a abertura de diálogo com os sindicatos. Ele contou que hoje vêm sendo reativados antigos planos e voltaram a discussão temas importantes como a qualificação e requalificação da mão de obra.

"Estamos com um fórum do Rio de Janeiro, organizando um seminário, que vai acontecer em Brasília. Tudo isso porque, hoje, temos diálogo com o governo federal. Discutimos a indústria naval desde 2015, quando veio a Lava Jato, que acabou atingindo as empresas, as operações foram paralisadas e tivemos uma grande demissão de trabalhadores metalúrgicos do setor naval, não só de Angra. De lá pra cá, estávamos discutindo a indústria naval sem êxito nenhum, porque o governo federal nunca nos ouvia", relatou.

Cristiane destacou que o fórum vem sendo organizado em outras regiões também, pois a retomada da indústria naval, de modo geral, está acontecendo a nível local, e não a nível nacional. De acordo com a presidente, atualmente, somente o estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, tem tido obras, diferente do restante do país. "Estamos vendo que o Rio de Janeiro ainda está em crise, assim como Niterói, também não há grandes obras nos estaleiros da Bahia, Pernambuco e Espírito Santo, por exemplo. Sabemos que tem demanda para construção de navios, plataformas e rebocadores", comentou.

No início de fevereiro, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval (Sinaval) entregou uma carta, para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com medidas governamentais necessárias à retomada da indústria naval e offshore brasileira, evidenciando, também, os principais obstáculos que



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 048/2023
Página 67 de 67
Data: 17/03/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

o setor vem enfrentando. O ministro sinalizou, naquela ocasião, que o governo federal está preocupado com a situação da indústria brasileira e afirmou que o Brasil precisa retomar sua plena atividade e recuperar os empregos perdidos nos últimos anos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/02/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 17/03/2023